



UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
PORTUGUESA

**Direito Dos Acionistas À Informação Nas Sociedades Anónimas:  
Informação Em Assembleia Geral E Informação Fora Da Assembleia  
Geral**

Dissertação De Mestrado Em Direito Da Empresa E Dos Negócios

Mestranda- Ângela Martins

Orientador- Dr. Armando Triunfante

Faculdade de Direito|Escola do Porto

2017



**Universidade Católica Portuguesa**

Direito Dos Acionistas À Informação Nas Sociedades Anónimas:  
Informação Em assembleia Geral E Informação Fora Da Assembleia Geral

Dissertação De Mestrado Em Direito Da Empresa E Dos Negócios

Mestranda: Ângela Martins

Orientador: Dr. Armando Triunfante

Faculdade de Direito|Escola do Porto

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde e força que ele me concedeu!

Ao meu Pai Arlindo Martins e irmãos, uma palavra de profunda gratidão por todo o apoio!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Armando Triunfante, um imenso obrigado pela partilha de conhecimentos e pelo tempo dispensado para me orientar na realização deste trabalho!

À Universidade Católica do Porto, agradeço por me terem acolhida!

## RESUMO

Este trabalho tem como tema, «Direito dos acionistas à Informação nas Sociedades Anónimas, informação fora e em assembleia geral».

Com este trabalho, pretendemos compreender o direito à informação do acionista nas sociedades anónimas, no que tange à forma e ao modo de exercício em cada uma das categorias determinada pelo CSC. É um direito de extrema importância para os acionistas que pretendam acompanhar de perto a vida da sociedade em que participam. É um tema muito atual e pertinente, uma vez que, é cada vez maior o número de casos em que o acionista aciona meios judiciais para tutelar diferentes casos de violações deste direito e por outro lado as sociedades vêm procurando formas para justificar/legitimar a não prestação de certas informações. Trata-se de um jogo de interesse, que cabe somente ao direito tutelar, através de mecanismos legais e encontrar um ponto de equilíbrio.

O principal sujeito ativo do direito à informação é o acionista, sendo também possível que o direito seja exercido por outros sujeitos admitidos por lei, nomeadamente o representante comum de obrigacionistas; credor pignoratício e o usufrutuário e estes por seu turno, devem exercer o direito nos exatos termos que seriam permitidos ao proprietário de raiz e só quando lhes caibam exercer o direito de voto. O sujeito passivo da obrigação de prestar informação é a sociedade, através do órgão que o representa (conselho de administração) e no caso de informação solicitada em assembleia geral, admite-se que a ela seja prestada por órgão que para tal esteja habilitado, podendo ser o órgão do conselho fiscal.

Nas sociedades anónimas o direito à informação é um direito mais limitado do que nas sociedades por quotas, por ser uma sociedade que apresenta maior complexidade na organização e gestão. Com isto são vários os casos em que é admitida a recusa lícita de informação, contudo, esses casos são geridos pelos princípios de tipicidade e taxatividade.

No caso de recusa ilícita de prestação de informação, a lei atribui ao acionista o direito de requerer inquérito judicial (nos casos de recusa fora da assembleia geral) ou invocar a anulabilidade de deliberações sociais tomadas na assembleia geral que não tenha sido prestada informação ao acionista.

Para além do CSC, teve por base na realização deste trabalho doutrinas e jurisprudências Portuguesas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Direito. Informação. Acionistas. Código das Sociedades Comerciais.

## **Abstract**

The theme of this study is, " the Right to Information in Joint-Stock Companies".

Through this study, we intend to understand the shareholder's right to information in Joint-Stock companies, regarding the way that each category is determined by the CSC.

It is a very important right for shareholders who want to follow the way that the company in which they participate works closely. This is a very current and relevant issue, as the number of cases in which the shareholder resorts to judicial means to protect different cases of violations increases, and on the other hand, companies have been looking for ways to justify/authorize certain information. Self interest is absolutely involved, which is only up to the tutelary, through legal mechanisms and to find a break-even point.

The main active subject with the right to information is the shareholder, and it is also possible for other subjects admitted by law to exercise this right, namely the representative of bondholders; creditor and the user, who must exercise the right in the exact terms as the source owner. The person with the obligation to provide information is the company, through the body that represents it (board of directors) and in the case of information requested in general meetings, it is admitted that it is provided by an authorized body, with the possibility of it being an audit committee.

In joint-stock companies the right to information is more limited than limited companies because it is a society that is more complex in its organization and management. Herewith are several cases in which the legal refusal of information is admitted, however, these cases are managed by legal type principles.

In the event of an illegal refusal to provide information, the law grants the shareholder the right to request a judicial investigation (in cases of refusal outside general meetings) or to invoke the nullity of corporate decisions made at general meetings where the shareholders were not informed.

In addition to the CSC, Portuguese doctrines and judgments were the base of this study.**KEYWORDS:** law. information. shareholders. code companies trade companies.

# Índice

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I-conceito de direito à informação.....	2
1- Direito dos sócios à informação.....	3
2- Características do direito à informação.....	5
3- Funções do direito à informação.....	6
Capítulo II- O direito à informação nas sociedades anónimas .....	8
1- O Direito mínimo à informação nas sociedades anónimas-artº 288º .....	8
1.1- Direito à informação preparatória à assembleia geral nas sociedades anónimas- artº 289º .....	12
1.2- Direito à informação na assembleia geral das sociedades anónimas-artº 290º .....	16
1.3- Direito coletivo à informação-artº 291º .....	20
2- Outros sujeitos do direito à informação .....	24
2.1- O representante comum do obrigacionista.....	24
2.2- O usufrutuário e o credor pignoratício .....	25
2.3- Sujeito passivo da obrigação de prestar informação. ....	26
3- Formas de obtenção de informação .....	27
3.1- Informação direta espontânea .....	28
3.2- Informação direta provocada .....	28
3.3- Informação indireta ou reflexa.....	29
CAPÍTULO III- A recusa da informação.....	30
1- A recusa lícita de informação .....	30
1.1- Consequências da recusa ilícita de informação.....	34
1.2- Inquérito judicial.....	34
1.3- A anulabilidade das deliberações sociais.....	35
Conclusão .....	38
Bibliografia.....	40
JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA E UTILIZADA .....	43

## **Lista de abreviaturas**

AA.VV. – Autores Vários

Ac. - Acórdão

Al. – Alínea

Artº - Artigo

Cc. – Código Civil

Cfr. – Conferir

CRC. – Código Registo Comercial

CRP. – Constituição da República Portuguesa

CSC. – Código das Sociedades Comerciais

Nº - Número

Ob. Cit. – Obra Citada

P. (Pp.) – Página (Páginas)

RGm. – Tribunal de Relação de Guimarães

RLx. – Tribunal de Relação de Lisboa

RPt. – Tribunal de Relação do Porto

Sep. – Separata

STJ. – Supremo Tribunal de Justiça

Vd. – Vide

Vol. – Vol



## INTRODUÇÃO

Nos tempos que correm, o direito do acionista à informação constitui incontestavelmente um direito fundamental deste, na vida das sociedades comerciais em que participa. Trata-se de um direito que aproxima o acionista à realidade social da sociedade, possibilitando desta forma, conhecer a sua situação atual e, conseqüentemente, tomar decisões acertadas, que vão ao encontro do seu interesse e do interesse da própria sociedade.

Este direito encontra-se previsto de uma forma geral no artigo 21.º nº1 al. c do código das sociedades comerciais, tendo, contudo, o legislador o cuidado de o regular de uma forma especial para cada tipo social. De notar, a particular atenção dispensada às sociedades anónimas, enquanto modelo das sociedades de capitais, estabelecendo assim um leque maior de artigos que o regula. «A sociedade comercial, nomeadamente a anónima, e muito particularmente a que tem ações cotadas em bolsa, dá origem e exhibe um tecido permanente de informações, a exigir também uma atenta intervenção legislativa.»<sup>1</sup>

Posto isto, realçamos que o trabalho está sistematizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo será dedicado a questões introdutórias, que consideramos fundamentais para uma boa compreensão deste importante instituto, de entre as quais o conceito do direito à informação, na perspetiva de diversos autores, bem como as suas características. No final do capítulo falaremos sobre o fim deste direito.

No segundo capítulo centralizaremos na análise pormenorizada das quatro categorias de direito à informação nas sociedades anónimas, concretamente, o direito mínimo à informação, art.º 288º; informações preparatórias à assembleia geral, art.º 289º; direito à informação em assembleia geral, art.º 290º; e, por último, direito coletivo à informação, art.º 291º. Falaremos ainda neste capítulo dos sujeitos do direito à informação (ativo e passivo), bem como das formas de obtenção da informação.

---

<sup>1</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *o Direito à informação dos sócios nas sociedades comerciais*, Almedina, Coimbra, 1998, p. 15.

E no terceiro e último capítulo cingiremos nos limites do direito à informação, nomeadamente os casos da recusa lícita e ilícita de informação e dos meios de tutela do acionista, no caso de recusa ilícita de informação.

Posto isto, é de salientar que este tema foi motivado pela sua atualidade e pela importância que assume na relação entre o acionista e a sociedade, ainda mais nas anónimas em que se verifica um maior distanciamento entre esses dois sujeitos. O direito à informação revela-se essencial para o exercício consciente do acionista dos outros direitos da socialidade, máxime direito de voto, por isso mesmo é considerado um direito instrumental a este(s). Adiantamos que o trabalho foi realizado à luz do código de sociedade comercial Português.

## **CAPÍTULO I-conceito de direito à informação**

O legislador comercial demitiu-se da tarefa de definir o direito à informação, ocupando-se a doutrina deste papel. Em linguagem comum, a informação é definida como o ato de dar a conhecer ou pôr ao corrente ou ainda como tomada de consciência de um facto ignorado.<sup>2</sup> Segundo SINDE MONTEIRO<sup>3</sup>, informação em sentido estrito ou próprio é a exposição de uma dada situação de facto, verse ela sobre pessoas, coisas ou qualquer outra relação. Nesta perspetiva acrescenta ainda PINHEIRO TORRES, que a pura informação, diversamente do conselho e da recomendação, esgota-se na comunicação de *factos objetivos* da qual está ausente uma expressa ou tácita «proposta de conduta».<sup>4</sup> Sendo assim, qualquer realidade que compõe um pouco de subjetividade demarca-se deste conceito. Já a informação em sentido lato (amplo) corresponderia aquelas que abrangem conselhos e recomendações.<sup>5</sup>

RAÚL VENTURA<sup>6</sup>, por sua vez, considera que «informação na linguagem corrente, tanto significa o conhecimento de um facto em si mesmo, como o meio por que

---

<sup>2</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *O Direito Dos Acionistas À Informação*, Almedina, Pp. 10 e 11.

<sup>3</sup> MONTEIRO, Sinde, *Responsabilidade Por Conselhos, Recomendações ou Informações*, Coimbra, 1989, Pp., 14 e 15.

<sup>4</sup> Cfr. TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, Pp.,22, neste sentido, DRAGO, Diogo, *O Poder De Informação Nas Sociedades Comerciais*, Almedina, Pp. 28 e 29 onde afirma que (...) ficariam excluídos desta realidade tanto os conselhos como as recomendações (...).

<sup>5</sup> MONTEIRO, Sinde, *Ob., Cit.*, P.18.

<sup>6</sup> Cfr. VENTURA, Raúl, *Sociedades Por Quotas, Vol. I- Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, 2ª reimpressão (da 2ª edição de 1989), Almedina, Coimbra, 1999, Pp.280 e 281

um sujeito chega ao conhecimento de um facto». Acrescenta ainda que o conhecimento de um facto pode ser obtido por um de três meios: «autoria do facto, percepção direta do facto alheio e meios de conhecimento histórico de facto alheio». Perante esta distinção, o autor considera que, somente o último caso (meios de conhecimento histórico de facto alheio) se enquadra pacificamente dentro da noção de informação<sup>7</sup>. Ora, no domínio societário, a noção de informação «compreende a aquisição de conhecimento sobre todos ou alguns dos factos relativos à sociedade por parte de qualquer sujeito que tenha um interesse juridicamente tutelado ao conhecimento».<sup>8</sup>

A informação no seio das sociedades comerciais é um direito que tem a sua fonte imediata no próprio contrato de sociedade, onde os sócios deliberadamente reservam o poder de o regular de forma mais ou menos exaustiva, contanto que estas regulamentações não esgotam o seu conteúdo fundamental. Aliás, Raúl Ventura<sup>9</sup> considerou que a restrição imposta pela lei condena as tentativas de, por meio de regulamentação contratual, tornar inoperante o direito à informação. É uma limitação imposta pela própria lei.

## 1- Direito dos sócios à informação

O direito à informação encontra-se consagrado constitucionalmente no artigo 37º pertencendo às categorias dos direitos, liberdades e garantias, dispondo que «todos têm o direito de informar, de se informar e de ser informados sem impedimento nem discriminação». A lei magna mostrou na sua descrição, que ninguém pode ser arbitrariamente privado deste direito.

Este direito encontra-se também regulado no código civil, no seu artº 988º sob a epígrafe fiscalização dos sócios, descrevendo que «nenhum sócio (acionista) pode ser privado, nem sequer por cláusula do contrato, do direito de obter dos administradores as informações de que necessite sobre os negócios da sociedade, de consultar os

---

<sup>7</sup> Cfr. VENTURA, Raúl, *Ob., Cit.*, Pp. 280 e 281

<sup>8</sup> Cfr. ALMEIDA, Paulo Duarte Pereira, *O Direito do acionista à informação no código das sociedades comerciais*, Dissertação de Mestrado apresentada a faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa 1992, Pp. 60- 64, *Apud*, BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P. 11, notas de rodapé; LABAREDA, João, *Direito à Informação, Problemas Do Direito Das Sociedades*, Sep. De AA.VV., Almedina, Coimbra, 2002, P. 120, considera que no contexto de sociedades comerciais, «informação significa a cognoscibilidade, pelos sócios, dos aspetos relativos à vida cujo ente o corpo pertence».

<sup>9</sup>Cfr. VENTURA, Raúl, *ob., cit.* P.286

*documentos a ele pertinentes e de exigir a prestação de contas»*. Como sabemos, um dos princípios básicos do direito civil é o da autonomia privada e da liberdade contratual. Todavia, neste artigo, estes dois princípios encontram-se expressamente limitados, pois, o legislador descarta a possibilidade de o contrato social privar os acionistas do exercício desses Direitos, permitindo-lhes apenas regulá-lo sem inutilizar a sua eficácia. Aos acionistas, resta-lhes tão somente o poder de o regulamentar, sem a possibilidade de renunciá-lo. Esta é a interpretação que se pode fazer perante esta lei civil.

Ora, parece-nos que no código das sociedades comerciais, especificamente no que diz respeito a sociedades anónimas, contrariamente à lei civil (artº 988º), este direito não manifesta tanta amplitude<sup>10</sup>, facto cujos motivos perceberemos no decorrer do trabalho.

Como acima referimos, o art.º 21º n.º 1 al. c) regula de uma forma geral este direito. Justifica-se que a parte geral não vá mais longe, dada a forte diferença de regulamentação deste direito, consoante o tipo de sociedade.<sup>11</sup> Sendo assim, nas sociedades anónimas, que são, por natureza, as que assumem uma estrutura mais complexa, encontramos 4 categorias de direito à informação que podem ser solicitadas pelos acionistas em dois períodos diferentes: fora da assembleia geral ou no decorrer da assembleia geral.

No direito à informação fora da assembleia geral, temos, designadamente, o direito mínimo à informação (artº 288º), designado por muitos como direito «permanente» à informação, uma vez que, pressupõe um conjunto de documentos que a sociedade está obrigada a colocar à disposição de certas categorias de acionistas na sede da sociedade e podem ser consultados a qualquer momento. E temos ainda o direito coletivo à informação (artº 291º), atribuído aos acionistas que detêm uma parcela considerável de participação social ( 10%) e, neste caso, a informação é concedida mediante solicitação dos mesmos. Na assembleia geral, o acionista pode solicitar informações relacionadas com assuntos sujeitos à deliberação, que considere relevantes, para formar uma opinião fundamentada e decidir o sentido do seu voto de forma esclarecida (artº 290º). No entanto, o CSC, prevê ainda que o acionista terá direito de

---

<sup>10</sup> CORREIA, Luís Brito, *Direito Comercial, Sociedades Comerciais*, Vol II, 3ª Tiragem, 1997, AAFDUL, P.317 considera que, o direito à informação é mais limitado nas sociedades anónimas, tendo em conta o número elevado de acionistas e à facilidade de aquisição de ações que possibilita a entrada na sociedade dos seus próprios concorrentes.

<sup>11</sup> Cfr. VENTURA, Raúl, *Ob., Cit.*, Pp. 278 e 279.

consulta de um conjunto de elementos, com objetivo de prepará-lo para uma determinada assembleia geral (artº289º CSC).

## 2-Características do direito à informação.

Numa simples leitura destes instrumentos jurídicos (CRP, CC, CSC) percebemos que este direito tem carácter inderrogável, na medida em que todos esses instrumentos recusam a possibilidade do contrato social o extinguir. Aliás, vários autores, dentre os quais o Professor ARMANDO TRINUFANTE<sup>12</sup> afirma tratar-se de um direito inderrogável e irrenunciável, «não podendo ser afetado por vontade dos sócios, nem sequer no contrato social». Trata-se, na opinião do referido autor<sup>13</sup>, de um direito «mínimo do sócio». E neste mesmo sentido, o Professor ENGRÁCIA ANTUNES<sup>14</sup> considera que este direito assume caráter inderrogável uma vez que «a sua subsistência não pode ser posta em causa por mera força de vontade dos seus fundadores, ou do grémio deliberativo sem prejuízo de alguma margem de manobra estatutária (...)». É um direito de carácter extrapatrimonial e instrumental. Do conceito comum que temos de património, podemos dizer que o direito do acionista à informação é um direito extrapatrimonial, pois não é possível avaliá-lo em dinheiro e, por isso, nas palavras de SOFIA RIBEIRO BRANCO<sup>15</sup>, o direito à informação é um direito administrativo em vez de patrimonial.

O direito à informação é destacado como um direito instrumental, na medida em que ele não constitui um fim em si mesmo, mas um meio para o acionista exercer a generalidade dos outros direitos de socialidade<sup>16</sup>, mormente o direito de voto.<sup>17</sup> Esta é a

---

<sup>12</sup> Cfr. TRIUNFANTE, Armando, *A Tutela Das Minorias nas Sociedades Anónimas, Direitos individuais*, Coimbra Editora, 2004, neste mesmo sentido, ALMEIDA, António Pereira De *Sociedades comerciais, Valores Mobiliários e Mercados*, 6ª edição, Coimbra Editora, 2011. P. 140, NETO, Abílio, *Código das sociedades Comerciais, Jurisprudência e Doutrina*, 3ª edição, Coimbra 2005, P.648

<sup>13</sup> TRIUNFANTE, Armando, *Ob., Cit.*, P.115; BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P. 450, afirma que estamos perante um direito mínimo, quando pelo seu conteúdo e natureza ela não pode ser excluída nem limitado pela maioria.

<sup>14</sup> ANTUNES, José A. Engrácia, *O Direito à Informação Nas Sociedades De Capitais, in Colóquio «os quinze anos da vigência do código das Sociedades comerciais: Experiência e expectativas»*, Fundação Bissaya Barreto, Coimbra 2003, P. 48

<sup>15</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, Pp.445.

<sup>16</sup> Consideram-se outros direitos de socialidade, o direito aos lucros, de voto, de impugnação de deliberações sociais, de ação de responsabilidade contra os administradores, etc.

<sup>17</sup> Cfr. TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Op., Cit.*, P.21; ANTUNES, José A. Engrácia, *Ob., Cit.*, P.48, CUNHA, Diogo Lemos E, *O Inquérito Judicial Enquanto Meio De Tutela Do Direito À Informação Nas Sociedades Por Quotas, «in separata da revista da ROA»*, Ano 75, Lisboa, Jan./ Jun. 2015, Pp. 299 e

posição da doutrina maioritária, e a que nós seguimos. Porém, esta doutrina não é unânime.

Noutra perspetiva, destacamos SOFIA RIBEIRO BRANCO<sup>18</sup>, que entende que a informação não é um meio para alcançar um fim, mas antes um fim em si mesma. A citada autora considera que «o direito à informação não se encontra necessariamente ligado ao exercício de outros direitos, nem o legislador fez depender o exercício desse direito de qualquer antecedente ou subsequente exercício de outro direito pelo acionista». Sendo assim, o direito à informação seria um direito «autónomo» e não meramente instrumental.

É ainda um direito indissociável à participação social, uma vez que esta deixa de existir no momento em que o sócio deixa de ser sócio, explicando SOFIA RIBEIRO BRANCO<sup>19</sup> que «(...) podemos considerar que o direito à informação permanece sempre com a ação, apesar de (como adiante veremos) poder ser igualmente exercido por quem não é proprietário da participação social».

### **3-Funções do direito à informação**

Quanto às finalidades do direito à informação do acionista, podemos dizer que são múltiplas, consoante o objetivo que o próprio sócio pretende alcançar.

Não poucas vezes, o acionista procura informação, para melhor decidir o sentido do seu voto numa assembleia geral, para fiscalizar a administração da sociedade a que pertence e, se necessário for ponderar uma eventual ação de responsabilidade civil dos administradores. E muitas vezes o direito à informação surge como tutela das minorias societárias. Em todos esses casos, o sócio precisa de estar munido de um leque de informações, para tomar a melhor decisão.

Quanto ao direito de voto, a informação é instrumental àquele.

---

300; CORREIA, Luís Brito, *Ob., Cit.*, P.317; ASCENÇÃO, José De Oliveira, *Direito comercial, Sociedades Comerciais Parte Geral*, Lisboa 2000, Vol. IV , P. 319

<sup>18</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, Pp.447 e 448

<sup>19</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro. *Ob., Cit.*, Pp.442 e 443 afirma ainda que podemos considerar que o Direito à informação- nas manifestações encontradas nos artº 288º, 290º e 291º do CSC. (e também do 289º do CSC) - não é separável da participação social, devendo sempre permanecer com a ação.

Não faz sentido votar sem saber o que se faz. Atribuído o voto, há que disponibilizar toda a informação necessária, útil e legitimadora para o seu exercício.<sup>20</sup>

Quando se afirma que o sócio precisa de estar informado para melhor exercer o tão importante direito de voto, reconhece-se a importância do voto de um sócio bem informado. Um sócio informado não vota por votar, vota no sentido de proteger o interesse social e o seu próprio interesse.

Muitas vezes o sócio solicita a informação com o intuito de fiscalizar<sup>21</sup> o órgão responsável pela gestão da sociedade. É através da informação que lhe é facultada, que ele verifica se o artº 64º CSC está a ser escrupulosamente cumprido e, caso não esteja, lança mão às garantias legais ao seu dispor, nomeadamente uma ação de responsabilidade civil dos administradores nos termos admitidos pelo artº 77º e 79º do CSC. O sócio tem um interesse legítimo de acompanhar a gestão da sociedade onde ele tem o seu capital investido. No entanto, advertimos que pelo facto do sócio ter esta faculdade de fiscalizar a gestão da sociedade através do uso da informação, não dispensa o órgão responsável para tal (conselho fiscal) desta incumbência.

E ainda o direito à informação assume a função de tutela das minorias que, variadíssimas vezes, são mantidas distantes da realidade social. Este direito aproxima os sócios minoritários da sociedade,<sup>22</sup> revelando ser um verdadeiro instrumento ao dispor da minoria, para controlar a maioria que assegura a gestão da sociedade e, neste sentido, este direito funciona como um contrapoder da minoria.

---

<sup>20</sup> CORDEIRO, António Menezes, *Direito das Sociedades Comerciais*, Vol. I, Parte Geral, 3ª Edição, Ampliada e Atualizada, Pp. 730 e 731.

<sup>21</sup> *Cfr.* TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob.*, *Cit.*, P.24 onde ele afirma que «a informação está de modo significativo ligada ao direito de fiscalização da vida social, tarefa que está em primeira e principal linha confiada aos sócios (acionistas) (...)», CUNHA, Diogo Lemos E, *Ob.*, *Cit.*, P.300, onde conclui que o direito à informação constitui um mecanismo de *controlo ou fiscalização a posteriori dos atos praticados pelos gerentes da sociedade*.

<sup>22</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Op.*, *Cit.*, P. 463, onde assegura que esta (tutela de minorias) é a principal função deste direito.

## Capítulo II- O direito à informação nas sociedades anónimas

A sociedade anónima é o modelo típico das sociedades de capitais<sup>23</sup>, pelas características particulares que possui<sup>24</sup>. É uma sociedade estruturalmente complexa e, por isso, quanto à sua regulamentação, mereceu um tratamento singular e especial por parte do legislador em todos os seus conteúdos, mormente, o direito à informação.

Neste sentido, RAÚL VENTURA,<sup>25</sup> *concluiu que «este cuidado se justifica pelo facto de existir uma relativa facilidade de compra de ações e que, portanto, as informações podem ser usadas em prejuízo da sociedade e também o eventual grande número de acionistas e a consequente possibilidade de multiplicação dos pedidos de informação. Sendo assim, aconselham prudência na outorga deste direito aos acionistas».*

O direito à informação nas sociedades anónimas encontra-se regulado no artº 288º a 291º do CSC. O código das sociedades subdividiu este direito em 4 categorias: o direito mínimo à informação, art.º 288º; informações preparatórias à assembleia geral, artº289º; informações em assembleia geral, art.º 290º; e direito coletivo à informação, artº291.

### 1-O Direito mínimo à informação nas sociedades anónimas-artº 288º

Começando pelo artº 288º, sob a epígrafe «direito mínimo à informação», qimporta referir que esta terminologia é tradicional, pois, a alteração do CSC em 1987 centralizou no conteúdo do artº, mantendo inalterável a sua epígrafe.

Segundo este artigo, só tem legitimidade para ter acesso a um conjunto de documentos que retratam a vida da sociedade (documentos estes especificados da al. a) a d) do nº 1 do art.º 288º), o acionista que detém pelo menos 1% do capital social e tem de alegar um motivo justificado. Antes da alteração legislativa efetuada pelo decreto-lei nº

---

<sup>23</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de *Curso de Direito Comercial*, Vol II, 5º Edição, Almedina, 2015, P. onde ele considera que tendo em conta as características das sociedades de capitais, a sociedade anónima é o protótipo das sociedades de Capitais; ANTUNES, José Engrácia, *Direito Das Sociedades*, 6ª edição, Porto, 2016, P. 150, onde afirma que protótipo ou arquétipo legal do modelo da sociedade de Capitais é, evidentemente a sociedade anónima.

<sup>24</sup> São características mais importantes das sociedades de capitais, a não responsabilização dos acionistas pelas dividas sociais; livre transmissão e penhorabilidade das participações sociais; a firma da sociedade não tem que ter qualquer nome ou firma do acionista; o direito à informação, nalgumas das suas categorias não é atribuído a todos os sócios.

<sup>25</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos Sobre Sociedades Anónimas E Sociedades em Nome Coletivo- Comentário ao Código Das Sociedades Comerciais*, Almedina, P.133.



280/87 de 8 de julho, tal direito era exercido por qualquer sócio, independentemente da percentagem do capital social que possuísse, alegando ou não motivo justificado.

Com a alteração legislativa, o acionista tem de cumprir obrigatoriamente estes dois requisitos cumulativos.

Esta limitação conflitua com a natureza individual, do direito à informação, porém, justifica-se pela necessidade de compatibilizar o direito à informação com a não perturbação da atividade da sociedade para prestar as informações solicitadas, tendo em conta, que as sociedades anónimas compreendem muitas vezes dezenas de milhares de acionistas.<sup>26</sup> ARMANDO TRIUNFANTE<sup>27</sup> pronunciou-se sobre este problema, alegando que «a gestão da sociedade não compadece com o exercício excessivo desse direito e que poderia mesmo paralisar se fosse permitido e atendido todo e qualquer requerimento que visasse o cumprimento do direito à informação». Estas exigências legais tratam-se, portanto, de uma forma de evitar uma eventual devassa na vida interna da sociedade, dificultando a sua gestão.

Quanto ao primeiro requisito (1% de capital social), há várias interpretações. Primeiro pretende-se saber se quando a lei exige 1% do capital social, está a considerar o acionista individualmente considerado, ou se há possibilidade de eventual agrupamento destes.

Ora, HENRIQUE SOUSA ANTUNES e ABÍLIO NETO<sup>28</sup> apoia a tese que vai a favor do agrupamento dos acionistas, considerando que não se vislumbra impedimento a que os acionistas se agrupem de modo a perfazerem o 1% exigido pelo artº 288º, nº 1», desde logo, porque aqui trata-se de informações mínimas (que não trazem embaraços à sociedade). SOUSA ANTUNES faz comparação entre o nível de informação proporcionado no artº 291º (que tem uma abrangência muito mais alargada) e o nível que é proporcionado no artº 288º e conclui que a informação prestada no artº 288º é «francamente menor» do que a proporcionado pelo artº 291º, cujo conteúdo pode abranger qualquer matéria, apenas com limites estabelecidos pelo nº 4. RAÚL

---

<sup>26</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P. 323

<sup>27</sup> TRIUNFANTE, Armando, *Ob., Cit.*, P.114

<sup>28</sup> ANTUNES, Henrique Sousa, *algumas considerações sobre a informação nas sociedades anónimas (em especial os artsº 288º a 293º do CSC)*, Separata da revista direito e justiça, vol. IX, Pp. 214 e 215; NETO, Abílio, *Ob., Cit.*, P.648, onde ele afirma que «apesar da divergência de redação, dos preceitos assinalados, a solução não pode deixar de ser permissiva do agrupamento de acionistas» .

VENTURA<sup>29</sup> defende a mesma posição. Segundo Ele, pelo facto da lei dizer «qualquer acionista», que primeiramente deixa a ideia de que é acionista individual, não nos leva a pensar na impossibilidade de um eventual agrupamento, porque, seguindo esta lógica, nem o artigo 291º permitiria o exercício singular do direito à informação, mesmo no caso daqueles acionistas que sozinhos detêm a percentagem exigida, pois a lei diz expressamente «acionistas cujas ações atinjam 10% do capital social» e não acionista (individualmente considerado). O autor dá a entender que questões de terminologias em nada relevam.

Por oposição a esta teoria, temos o Professor ARMANDO TRIUNFANTE<sup>30</sup>, que afirma que «o direito é claramente atribuído aos acionistas isoladamente valorados. A possibilidade de agrupamento parece estar excluída, retirando-se tal conclusão da referência ao longo do preceito do vocábulo “acionista”». Nesta perspetiva defende também PAULO OLAVO CUNHA<sup>31</sup> que os acionistas para terem o direito a informações mínimas, deverão ser titulares de 1% do capital social, não havendo assim lugar ao agrupamento das participações dos acionistas que por si só não atinjam essa percentagem.

Apoiamos este entendimento, uma vez que consideramos que a intenção do legislador está bem assente no artº. É usada a expressão «acionista» no singular de forma a não deixar aberta a possibilidade de haver outras interpretações.

Quanto ao segundo requisito, «motivo justificado», RAÚL VENTURA<sup>32</sup> afirma que «(...) o solicitante deve demonstrar um interesse sério e relevante na informação solicitada». Portanto, a sociedade só estará obrigada a prestar informação solicitada, se a pretensão do acionista for motivada e o motivo for sério. MENEZES CORDEIRO<sup>33</sup> é da opinião de que o pedido de informação não pode ser consentido, quando os elementos solicitados estejam já disponíveis de modo diretamente acessível ou no caso de o

---

<sup>29</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos*, *Ob.*, *Cit.*, Pp. 135.

<sup>30</sup> TRIUNFANTE, Armando, *Ob.*, *Cit.*, P. 113

<sup>31</sup> CUNHA, Paulo Olavo, *Direito Das Sociedades comerciais* 5ª Edição, Almedina, P.352, neste mesmo sentido, TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob.*, *Cit.*, Pp. 190 e 191, onde explica, que a expressão «acionista» é uma expressão singular que o legislador não usou despropositadamente, uma vez que, no artº 291º ele teve a cautela de usar «acionistas», o que para ele, devido a proximidade existente entre esses dois preceitos legais e divergência de redações, mostra claramente que a intenção do legislador é diferente em cada caso.

<sup>32</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos Sobre Sociedades Anónimas E sociedades Em Nome Coletivo*, *Ob.*, *Cit.*, Pp.135 e 136.

<sup>33</sup> CORDEIRO, António Menezes, *Manual De Direito Das Sociedades*, Vol II Das Sociedades Em Especial, 2ª Edição, 2007, P. 591

interessado ter exercido recentemente esse direito. O direito mínimo à informação é exercido sempre na sede da sociedade, conforme nos dita o artº288 nº 1.

O nº 2 do artº em análise retrata a faculdade que o acionista tem de poder exigir à sociedade a certificação, por um revisor oficial de contas, dos montantes da remuneração dos órgãos sociais ou dos 10 ou 5 dos empregados da sociedade, que recebem as remunerações mais elevadas, quando não estiver estipulado no contrato social, ou não for efetuada voluntariamente por um órgão administrativo da sociedade a tal certificação. Trata-se, portanto, de uma faculdade que a lei atribui ao acionista sempre que quiser ou achar pertinente, requerer à sociedade a certificação da remuneração dos administradores. Trata-se de um direito potestativo do acionista, na medida em que, quando este o solicita, a sociedade fica obrigada a disponibilizar.

E o nº 3, por sua vez, atribui três direitos/poderes ao acionista: o poder de se fazer representar, por quem possa representá-lo na assembleia geral (artº 380º CSC.); o poder de fazer-se assistir de um revisor oficial de contas ou de outro perito; e, por último, o poder de usar da faculdade reconhecida pelo artº 576 do código civil, ou seja, direito de tirar cópias ou fotocópias ou outros meios de reprodução dos documentos.

Quanto ao direito de representação do acionista, cumpre dizer que o art.º 380 não admite limitação quanto a esta matéria, facto que nos leva a crer que qualquer pessoa indicada pelo acionista pode representá-lo em assembleia geral, desde que apresente a procuração do representado. Sendo assim, adaptando esta solução ao artº 288º nº 3, admite-se que o representante do acionista pode também consultar os documentos constantes das alíneas a) a d) do artº em causa. E pode fazer-se acompanhar de peritos. Estes peritos podem revelar-se importantes para o acionista conhecer com precisão a forma como a sociedade se encontra do ponto de vista financeiro, na medida em que os documentos de prestação de contas são documentos técnicos, cuja compreensão na globalidade implica conhecimentos de contabilidade e gestão, que os acionistas podem não ter (e em regra não têm).<sup>34</sup>

A lei reserva ainda o direito de reproduzir os documentos, através de cópias ou fotografias, conforme nos dita o art.º 288 nº 3 do CSC, conjugado com o art.º 576º CC.

---

<sup>34</sup> Branco, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P.333

O local da prestação da informação é na sede da sociedade, não podendo o acionista exigir a consulta noutro local que não aquele.<sup>35</sup>

## **1.1-Direito à informação preparatória à assembleia geral nas sociedades anónimas- artº 289º**

Passamos agora para a análise do art.º 289º do CSC. sob a epígrafe, «informações preparatórias da assembleia geral».

Conforme resulta desta epígrafe, o artigo 289º consagra uma série de informações que o legislador entendeu deverem estar à disposição do acionista, na sede da sociedade para preparação da assembleia geral<sup>36</sup>.

Segundo RAÚL VENTURA<sup>37</sup>, esta designação «informação preparatória à assembleia geral» está correta, uma vez que se trata de um direito de exercício ocasional e temporário. O exercício deste direito pressupõe a convocação de uma assembleia geral e, quanto ao tempo de exercício, ela pode ser exercida desde o dia da convocação até ao dia da realização da assembleia geral. Aqui o sócio não precisa requerer a informação, pois recai sobre a sociedade o dever de colocar todos os documentos especificados no art.º (289º nº 1, al. a) a e) à disposição dos acionistas para consulta.

Agora pretendemos perceber que acionistas o legislador quer retratar. Uma vez que o escopo deste preceito é informar o acionista sobre os assuntos a serem debatidos na assembleia a realizar, pode pensar-se que os destinatários desta norma são exclusivamente os acionistas com legitimidade para participar na mesma assembleia. O certo é que o artº 289º nº 1 não impõe nenhuma restrição quanto a esta matéria. Tal limitação talvez fosse possível no contrato social, mas duvidamos seriamente da validade de uma cláusula com semelhante conteúdo<sup>38</sup>. Ora, a doutrina, pelo menos na sua maioria, entende que, mesmo

---

<sup>35</sup> CUNHA, Diogo Lemos E, *Ob., Cit.*, P. 320, explicando que assim deve ser, para garantir o regular funcionamento da instituição societária; assegurar a confidencialidade da documentação relativa à sociedade e evitar eventual extravio ou perda do documento.

<sup>36</sup> ANTUNES, Henrique Sousa, *algumas considerações sobre a informação nas sociedades anónimas, (Em especial os artigos 288º a 293º do código das sociedades comerciais)*, separata da revista direito e justiça Vol. XX,1996, tomo I, P. 262

<sup>37</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos, Ob., Cit.*, P.140

<sup>38</sup> TRIUNFANTE, Armando, na sua magna obra “A tutela das minorias, *Ob. Cit.* P. 119, explica que a lei admite que o contrato social restrinja o direito de assistir a assembleia geral, aos acionistas que estejam impedidos de votar (art.º379º nº 2), contudo, a lei não restringe o direito de consultas de documentos que com esta assembleia tenham relação.

os acionistas que por disposição legal ou contratual não possam assistir à assembleia geral e nela votar, também são sujeitos ativos deste direito.

Neste sentido, SOFIA RIBEIRO BRANCO, explica que o facto de o legislador não distinguir os acionistas que podem consultar, dos que não podem consultar, significa que, de forma intencional, atribui esta faculdade a todo e qualquer acionista<sup>39</sup>. O mesmo é dizer que a efetiva participação do acionista na assembleia geral e o direito de nela votar, não parecem ser condição necessária para o exercício deste direito. Isto muitas vezes porque, «(...) mesmo que os acionistas não tenham direito de voto, interessa-lhes conhecer os documentos sobre os quais vai incidir a discussão da assembleia geral»<sup>40</sup>. É o caso, por exemplo, dos acionistas titulares de ações preferenciais sem direito de voto. E quanto àqueles que não dispõem de participação suficiente para participar na assembleia geral, «(...) pode acontecer que tomando conhecimento da convocação da assembleia geral e do conteúdo dos respetivos documentos preparatórios, decidam agrupar-se com outros de forma a estarem representados nessa assembleia porque lhes interessa a discussão sobre os elementos que irão ser apreciados na reunião<sup>41</sup>». Tem ainda o mesmo entendimento ARMANDO TRIUNFANTE, que explica que, mesmo o acionista que não tem nem o direito de voto, nem o direito de assistir à assembleia geral, reserva mesmo assim o direito à informação preparatória à assembleia geral, pois, «parece lógico que, ainda assim, tenham interesse em saber qual a ordem do dia, as propostas a apresentar pelo órgão de administração e os candidatos a eleger para os órgãos da administração»<sup>42</sup>.

Apoiamos esta solução, não só pelo facto de reconhecermos que esta é a intenção do legislador, mas também pelos profundos argumentos apresentados por esses dois autores acima referidos.

Aqui não se põe a questão da percentagem mínima para o exercício deste direito, que tanto é discutida no artº antecedente. O legislador deixou claro que esses documentos podem ser consultados por qualquer acionista. O estatuto de «acionista», por si só, confere o direito à informação preparatória à assembleia geral. Podemos concluir então que se trata de um direito puramente individual. Parece-nos que este «liberalismo» do legislador

---

<sup>39</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P. 278

<sup>40</sup> Vide, BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, Pp.278 e 279.

<sup>41</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P.278, e neste sentido também, advoga TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P.188

<sup>42</sup> TRIUNFANTE, Armando, *Ob., Cit.*, P. 119

se justifica com o facto destes documentos especificados no artº299º não constituírem mínimos embaraços à sociedade.<sup>43</sup>

De acordo com Raúl Ventura<sup>44</sup>, os documentos especificados nas alíneas a), b) e c) do art.º ora em análise dizem respeito a qualquer assembleia, enquanto que os elementos das alíneas d) e e) deverão ser facultados aos acionistas quando fazem parte dos assuntos da ordem do dia, «eleições dos órgãos sociais», ou se se tratar da realização de assembleias gerais anuais, respetivamente.

Até aqui, duas anotações são dignas de serem apontadas. Uma é o facto do legislador nada ter estipulado sobre o direito do acionista à representação, assistência e reprodução dos documentos que encontra ao seu dispor. O segundo é a necessidade de saber se estas enumerações são taxativas ou meramente exemplificativas.

Quanto à primeira questão, HENRIQUE SOUSA ANTUNES<sup>45</sup> considera que podemos admitir a representação, a assistência e a reprodução dos documentos de consulta nos mesmos termos que o artº 288º nº 3. E quanto à segunda questão o mesmo autor<sup>46</sup> admite o carácter meramente exemplificativo das designações do artº 289º nº 1. Apontando como razão o facto de o CSC prever, em diverso dos seus preceitos outros dados que têm de ser obrigatoriamente fornecidos aos acionistas em circunstâncias diversas. Basta recorrermos ao art.º 377º nº 8, que estipula um leque de elementos que devem constar obrigatoriamente no aviso convocatório dependendo em cada caso, do objeto da assembleia geral. Do mesmo modo os artigos 101º, 120º e 132º CSC, estipula um conjunto de documentos que são disponibilizados aos acionistas nos casos de a assembleia ter como objeto a fusão, cisão ou transformação da sociedade, respetivamente. Posto isto, constata-se então o carácter não taxativo do art.º 289º nº 1, conforme defende e bem, o autor acima citado.

Dispensamos agora particular atenção à alínea d) do artigo em análise.

Dispõe o artigo que, quando constar da ordem do dia a eleição de membros dos órgãos sociais, devem ser disponibilizados à consulta dos acionistas na sede da sociedade:

---

<sup>43</sup> TRIUNFANTE, Armando, *Ob., Cit.*, P. 116, afirma que são facultados genericamente alguns documentos respeitantes à identificação dos intervenientes, (...) à proposta a apresentar aos assuntos inscritos ou a inscrever na ordem do dia e as contas da sociedade (...).

<sup>44</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos Sobre Sociedades Anónimas E Sociedades Em Nome Coletivo*, *Ob. Cit.* P.140

<sup>45</sup> ANTUNES, Henrique Sousa, *Algumas Considerações (...)*, *Ob., Cit.*, P.263

<sup>46</sup> ANTUNES, Henrique Sousa, *Algumas Considerações (...)*, *Cit.* Pp. 267

*«os nomes das pessoas a propor, as suas qualificações profissionais, a indicação das atividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos, designadamente no que respeita a funções exercidas noutras empresas ou na própria sociedade, e o número de ações da sociedade de que são titulares».*

Regra geral, quem elege o administrador de uma sociedade são os acionistas<sup>47</sup>, sendo assim é legítimo que estejam munidos de todas as informações relevantes, para melhor escolherem o administrador da sociedade de que fazem parte. A (boa) intenção do legislador é facilmente discernível: pretende que os acionistas tenham, quanto possível, conhecimento das qualidades das pessoas sobre cuja eleição irão votar (...) <sup>48</sup>. Para além disso, e como afirma PINHEIRO TORRES<sup>49</sup>, «as próprias administrações, apoiadas por um conjunto de acionistas, funcionando como núcleo duro, frequentemente não maioritário, apresentam ao sufrágio as listas da sua conveniência, sem atenção, regra geral, aos interesses e às opiniões dos demais acionistas». Sendo assim, concluímos que, estando os sócios previamente informados sobre a identidade dos candidatos a cargos sociais, o processo de eleição do administrador ocorrerá da forma mais transparente possível.

Estabelece o n.º 2 do art.º 289º que «devem igualmente ser facultados à consulta dos acionistas, na sede da sociedade, os requerimentos de inclusão dos assuntos na ordem do dia, previstos no art.º 378º». Trata-se, por conseguinte, de um direito limitado (uma vez que é exigida uma certa percentagem de capital social), de exercício individual ou coletivo. A lei exige que o(s) acionista(s) seja(m) titular(es) de pelo menos 5% de capital social para poder incluir qualquer assunto na ordem do dia (art.º 378º n.º 1 e art.º 375º n.º 2).

Contudo, o art.º 289º n.º 2 apresenta algumas dificuldades de interpretação, segundo RAÚL VENTURA, relativamente aos prazos estabelecidos para dar conhecimento aos acionistas sobre os assuntos da ordem do dia da assembleia geral. O problema é que o acionista só toma conhecimento dos assuntos a serem debatidos na assembleia, depois de serem convocados e isto deve acontecer no prazo de 15 dias anteriores à realização da assembleia geral. E, consequentemente, só a partir desta altura decidem se vão ou não,

---

<sup>47</sup> Há casos em que o administrador é eleito por acionistas minoritários (*cf.* art.º 392º n.º 7 CSC.) ou então nos casos de substituição dos administradores em que são os outros administradores a eleger o substituinte (*cf.* Art.º 393º CSC.), e ainda o administrador pode ser designado no próprio contrato social (art.º 391º).

<sup>48</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos (...), Ob., Cit.*, P. 141

<sup>49</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, Pp. 46 e 47

através do requerimento, inserir qualquer assunto na ordem do dia. Ao decidirem, verifica-se a impossibilidade de dar a conhecer aos outros acionistas dentro do mesmo prazo de 15 dias estabelecido no n° 1 do artº289º.

Coloca-se então a questão sobre qual é o prazo máximo que o acionista tem para comunicar ao administrador sobre a sua pretensão e, por conseguinte, este comunicar aos restantes acionistas. Segundo RAÚL VENTURA<sup>50</sup>, os elementos podem ser depositados até à reunião da assembleia, mas quando for caso disso, pela pouca antecedência do depósito, o órgão administrativo deverá tomar a iniciativa de explicar a situação e fornecer atrasadamente as informações. HENRIQUE SOUSA ANTUNES<sup>51</sup> afirma que o administrador deverá fazê-lo no início da assembleia geral em que serão eleitos membros para o órgão aludido.

## **1.2-Direito à informação na assembleia geral das sociedades anónimas-artº 290º**

Passamos agora à análise do artº 290º sob a epígrafe «informações em assembleia geral».

Segundo o artº 290º, *«na assembleia geral, o acionista pode requerer que lhe sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhe permitam formar opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação»*. Refere ainda o n° 1 que *«o dever de informação abrange as relações entre a sociedade e outras sociedades com elas coligadas»*.

Trata-se de um direito cujo exercício depende do requerimento do acionista presente na assembleia geral. Tal como afirmamos nas informações preparatórias à assembleia geral, este também é um direito de exercício ocasional, uma vez que só é exercido no decorrer da assembleia geral. O direito à informação pode ser exercido igualmente nas assembleias universais, artº 54º CSC, e nas assembleias especiais, artº 389º CSC. O objetivo desta informação encontra-se bem definido pelo legislador: é o do acionista formar opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação. O acionista bem informado participa mais ativamente na discussão das propostas

---

<sup>50</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos (...) Ob., Cit.*, P. 142

<sup>51</sup> ANTUNES, Henrique Sousa, *Ob., Cit.*, P. 266



apresentadas contribuindo para a formação de uma vontade social consciente e esclarecida<sup>52</sup>.

Quanto ao sujeito ativo deste direito, é legítimo pressupor que é o acionista com direito de voto, porque, em regra, só este pode participar na assembleia geral de uma sociedade anónima, artº 379º nº1 CSC e o escopo da norma do artº 290º (formar opinião fundamentada) deixa perceber que a opinião será oportunamente expressa em voto. Conquanto, pode acontecer que o contrato social estipule a possibilidade de o acionista sem direito de voto participar na assembleia geral, (art.º 379º nº 2) e, neste caso, a doutrina não é unânime se este também será sujeito ativo do direito à informação. PINHEIRO TORRES<sup>53</sup> entende que o acionista com mero poder de participar na assembleia, sem direito de nela votar, não é titular de direito à informação em assembleia geral, posição que nós apoiamos, uma vez que, neste caso, a função desta informação atribuída pela lei (formar opinião fundamentada) jamais será materializável. Noutra perspetiva, SOFIA BRANCO<sup>54</sup> defende que o direito à informação deve ser entendido como um direito autónomo e, sendo assim, o acionista sem direito de voto, com direito de participar na assembleia geral, reserva ainda assim o direito à informação.

Fala-se ainda de quem será o beneficiário do direito à informação em assembleia geral. RAÚL VENTURA<sup>55</sup> questiona se o beneficiário deste direito deve ser o acionista que o solicitou ou podem também ser outros acionistas. O autor entende que o beneficiário deve ser o acionista que a solicitou, uma vez que a expressão «lhe» empregue no art.º diz respeito ao acionista, pelo que se o órgão obrigado a prestar informação detetar que a informação solicitada visa informar outros acionistas, e não aquele que a solicitou, a informação deve ser recusada e que, nos casos de dúvidas sobre o beneficiário, a informação deve ser facultada.

Em sentido contrário, defende PINHEIRO TORRES<sup>56</sup> que o pedido não pode ser negado por este motivo, uma vez que, o acionista que solicitou a informação, embora conhecedor do conteúdo da informação solicitada, pode ter interesse em suscitar uma perspetiva nova aos outros acionistas, o que afirma ser «interesse de forma nenhuma

---

<sup>52</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P. 253, onde explica que a prestação da informação ao sócio trás vantagens à própria sociedade pois ela precisa de uma boa intervenção deliberava de quem nela participa.

<sup>53</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, Pp.187 e 196

<sup>54</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, Pp., 339 e 340

<sup>55</sup> VENTURA, Raúl, *Sociedades por Quotas, Ob., Cit.*, P. 302

<sup>56</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P.189

negligenciável». Esta é a solução que seguimos, uma vez que consideramos legítimo um acionista que perceber que se o outro acionista tiver conhecimento de uma dada informação, não votaria em determinado sentido (por exemplo), tentar provocar que ele consiga alcançar a esta informação.

É exigência legal que a informação prestada seja uma informação «verdadeira, completa e elucidativa». É nossa função tentar entender o significado destes conceitos no contexto do direito à informação do acionista.

Nesta linha, segundo PINHEIRO TORRES<sup>57</sup>, a informação prestada deve ser verdadeira, ou seja, «(...) não deve conter elementos inexatos ou não conformes com a realidade, nem no seu conjunto induzir em erro acerca da existência ou do conteúdo dos factos a que respeita». A informação prestada deve ser ainda, completa e elucidativa. Completa uma vez que «(...) deve conter os elementos necessários para corresponder a toda a amplitude da respetiva solicitação» e elucidativa no sentido de a informação prestada ser capaz de «(...) remover e esclarecer as dúvidas ou o desconhecimento acerca de factos ou razões ou justificações para a sua prática, tal como se contém na solicitação do sócio»<sup>58</sup>. A noção de informação elucidativa parece-nos associada à clareza da informação e à respetiva perceção da mesma pelo acionista médio<sup>59</sup>. Ora, quanto à completude da informação, esta é determinada de acordo com o próprio texto da solicitação. O órgão obrigado a prestar a informação fá-lo-á na máxima extensão (e evidentemente, no estrito limite) da solicitação feita pelo acionista.

A lei impõe limites quanto ao objeto da informação. Desta feita, só pode ser objeto de informação em assembleia geral, assuntos sujeitos à deliberação social. DIOGO DRAGO explica que o legislador foi prudente na escolha desta terminologia (assuntos sujeitos à deliberação), pois permite abarcar assuntos que não constem da ordem do dia, no caso de porventura se tratar de uma assembleia geral universal (artº52º nº 2)<sup>60</sup>.

Dispõe ainda o nº 1 do art.º 290º que o dever de informação abrange as relações entre a sociedade e outras sociedades com ela coligadas”. Segundo RAÚL VENTURA<sup>61</sup>, «...as informações não respeitam a assuntos internos das outras sociedades, mas apenas

---

<sup>57</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.* P. 208

<sup>58</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob. Cit.* Pp. 208 e 209

<sup>59</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P. 350

<sup>60</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P.147, na jurisprudência, *cfr.* Ac. Rlx, de, 03-03-1994, relator: Nascimento Gomes, processo nº 0061506, disponível em [www.dgst.pt](http://www.dgst.pt)

<sup>61</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos (...), Ob. Cit.* Pp. 145

às relações entre a sociedade cuja assembleia está reunida, e outras sociedades, e só sociedades coligadas com aquela ...». Esta informação não abarca, portanto, os aspetos da realidade social da sociedade com ela coligada, abrangendo somente as relações «jurídico-comerciais»<sup>62</sup>.

Quanto ao órgão responsável pela prestação da informação, a lei deixou em aberto, não determinando especificamente qual é o órgão obrigado a prestar informações em assembleia geral. No entanto, a lei designou que a informação deve ser prestada pelo «órgão habilitado» a tal (art.º 290º n.º 2). Não podemos deixar de entender que o órgão habilitado a prestar informação varia entre o órgão de gestão (conselho de administração-artº389º CSC) e o órgão de fiscalização (conselho fiscal ou fiscal único – artº413), «consoante a natureza da matéria a que as informações solicitadas se reportem»<sup>63</sup>.

O n.º 2 do artº ora em análise estabelece algumas limitações a este direito, prevendo casos em que a informação pode ser recusada. Descreve o artº, que o pedido de informação pode ser recusado nos casos de “ocasionar graves prejuízos à sociedade ou a outra sociedade com ela coligada, ou violação do segredo imposto por lei». O art.º só fala em prejuízos provocados à própria sociedade, ou a outra sociedade com ela coligada, não mencionando prejuízos de outros acionistas. ARMANDO TRIUNFANTE<sup>64</sup> considera que, se de acordo com as doutrinas gerais do abuso do direito, for possível perceber que as pretensões dos acionistas são de prejudicar os outros acionistas, também «os esclarecimentos solicitados poderão ser recusados».

Ora, RAÚL VENTURA<sup>65</sup> aponta ainda o problema da «conjugação do pedido e prestação da informação, com o funcionamento da assembleia». Segundo o autor, o pedido efetuado pelo acionista pode ter intuito alheio àquele determinado pela lei (formar opinião fundamentada), o que designa de «intuitos chicaneiros». A chicana pode ser encarada como um comportamento abusivo do sócio. E nestes casos consideramos razoável que a resposta seja também recusada, aliás, DIOGO DRAGO<sup>66</sup> associa este comportamento ao instituto da má-fé, afirmando que:

---

<sup>62</sup> VENTURA, Raúl, *Ob., Cit.*, P. 145, adianta que esta designação resulta do parágrafo 131(1) AktG (código alemão), «o que é de aceitar também entre nós».

<sup>63</sup> TRIUNFANTE, Armando, *Ob., Cit.*, P. 122

<sup>64</sup> TRIUNFANTE, Armando, *Ob., Cit.*, P. 122, onde dá o exemplo de casos de «exercício manifestamente dilatório, em determinada assembleia, desta faculdade, para assim impedir a tomada de deliberação e assim prejudicar os restantes acionistas».

<sup>65</sup> VENTURA, Raúl, *Ob., Cit.*, Pp. 304 e 305

<sup>66</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P.149

*«(...) se o sócio não atua de boa-fé ou no respeito pelos bons costumes na solicitação da informação, colocando questões que conscientemente sabe que o órgão não terá a capacidade, naquela assembleia, de responder de uma forma completa, verdadeira e elucidativa, então não será legítima essa sua solicitação, caso em que o órgão não se encontra obrigado a responder à questão colocada».*

Realçamos que falaremos desta matéria com mais pormenores no último capítulo deste trabalho.

### **1.3-Direito coletivo à informação-artº 291º**

Passamos agora à análise da última categoria do direito à informação nas sociedades anónimas que é o «direito coletivo à informação» previsto no art.º 291º do CSC.

Refere o artº que «os acionistas cujas ações atinjam 10% do capital social podem solicitar, por escrito, ao conselho de administração ou ao conselho de administração executivo que lhes sejam prestadas, também por escrito, informações sobre assuntos sociais».

Começando já pela epígrafe do artº, RAÚL VENTURA e OLIVEIRA ASCENSÃO<sup>67</sup> afirmam ser uma «designação enganadora», no sentido em que faz pressupor que não é possível exercício individual deste direito. Porém, explica que esta suposição legal é razoável no sentido de que normalmente 10% de capital social de uma sociedade anónima não pertence a um único acionista e que, caso pertença pode sim, este direito ser exercido individualmente.

A lei não especifica de que acionista se trata (acionista com ou sem direito de voto), sendo assim é unânime na doutrina que os titulares de ações preferenciais sem direito de voto também são titulares do direito coletivo à informação prevista no artº 291º.<sup>68</sup> Conclui-se pela descrição do artº que não se trata de um direito de exercício oficioso, antes tem de ser solicitado pelos acionistas e tanto o pedido como a resposta têm de ser formulados por escrito (artº 291 nº 1).

---

<sup>67</sup> ASCENSÃO, José Oliveira, *Ob., Cit.*, P. 323, « (...) é enganadora porque essa informação pode ser pedida por um único sócio».

<sup>68</sup> *Cfr.* TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P. 196, onde explica que os acionistas preferenciais sem direito de voto, podem exercer o direito à informação sempre que o intuito da lei não é atribuir o direito à informação para exercício do direito de voto, que é o caso por exemplo do artº 290 CSC.

Segundo DIOGO DRAGO,<sup>69</sup> este formalismo deve-se à proteção da sociedade e permite também ao «órgão interpelado uma perceção mais objetiva daquilo que os acionistas pretendem concretamente obter». E um direito cujo exercício não se encontra limitado pelo tempo, pode ser exercido em qualquer momento.

A lei limitou o exercício deste direito a titulares de 10% de participação social.

RAÚL VENTURA<sup>70</sup> explica que o que motivou o legislador a determinar esta percentagem é o «volume do interesse na sociedade», e não a «pluralidade do acionista». Por seu turno, OLIVEIRA ASCENÇÃO<sup>71</sup> aponta que esta limitação legal deve ser entendida como forma de evitar o «devassamento fácil, até por entidades concorrentes e o excesso de trabalho que doutro modo recairia sobre a sociedade». Aceitamos estes dois argumentos e adiantamos que 10% de participação social de uma sociedade anónima representa, sem margem para dúvidas, uma significativa parcela de capital social da sociedade. Contudo, esta parcela exigida é perfeitamente justificável, uma vez que, para além dos argumentos apresentados por estes dois autores, nota-se uma grande amplitude quanto ao âmbito do exercício desse direito, pois a lei apenas referiu «assuntos sociais» sem mencionar qualquer restrição. O que leva a crer que se trata de quaisquer assuntos da vida interna da sociedade. Por este motivo, a lei estabeleceu esta restrição com intuito de salvaguardar o interesse da sociedade e por motivo de segurança.<sup>72</sup>

A lei não fixa o prazo para o órgão obrigado a facultar a informação responder à solicitação do acionista. Contudo, o n.º 5 do art.º 291.º estabelece uma presunção de recusa da informação no caso de ela não haver sido prestada no prazo de 15 dias seguintes à receção do pedido, descrevendo que «as informações se consideram recusadas se não forem prestadas nos quinze dias seguintes à receção do pedido». Porém ABÍLIO NETO E JOÃO LABAREDA, comungam da opinião de que a «ratio» deste preceito aconselha a entender que só há recusa quando a informação pedida podia e devia ser prestada neste prazo e no entanto não foi prestada. Entendem esses dois autores que compete à

---

<sup>69</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, p.305

<sup>70</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos (...) Ob., Cit.*, P.147

<sup>71</sup> ASCENÇÃO, José de Oliveira, *Direito Comercial, Sociedades Comerciais-parte geral, Vol. IV, Lisboa, AAFDL, 2000*, p. 320

<sup>72</sup> *Cfr.* Ac. RPt, de 27- 09- 2005, (Mário Cruz) processo N.º 0523073, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

administração demonstrar a impossibilidade de prestar a informação dentro deste prazo, e que se o fizer, não pode considerar-se que houve recusa de informação.<sup>73</sup>

O artº 291º nº 2 estabelece, por sua vez, que o pedido não pode ser recusado pela sociedade, se nele for mencionado que se destina a apurar responsabilidade dos membros dos órgãos sociais (conselho de administração, conselho de administração executivo, conselho fiscal ou conselho geral de supervisão), ressalvando o caso em que pelo conteúdo do pedido ou outras circunstâncias, seja patente não ser esta a finalidade do pedido. No entender de RAÚL VENTURA<sup>74</sup>, estas circunstâncias que determinam a recusa do pedido são plausíveis quando «o órgão ao qual o pedido foi dirigido possa objetivamente chegar, com elevado grau de probabilidade, à dita conclusão, como poderão chegar outras pessoas ou o tribunal».

O nº 4 do art.º 291 estipula os casos em que a informação pode ser recusada.

Adiantamos que esta matéria será tratada em sede própria, no último capítulo do trabalho, no entanto deixamos aqui pequenas menções. Refere o artº que «fora do caso mencionado no nº 2, a informação pedida nos termos gerais pode ser recusada»: se há receio de que o acionista irá usá-la para fins estranhos à sociedade, suscetíveis de causar prejuízos tanto à sociedade como a outros acionistas, e neste caso RAÚL VENTURA<sup>75</sup> explica que é admitido o simples *receio*, não sendo necessário ter a certeza de que a informação requerida possa trazer prejuízos à sociedade; mesmo o acionista não usando a informação para fins estranhos a sociedade, a mera divulgação ser suscetível de prejudicar relevantemente a sociedade ou os acionistas; e, por último, quando a prestação da informação ocasione violação do segredo imposto por lei (exemplo de informações privilegiadas, prevista no art.º449º CSC).

Posto isto cabe agora fazer uma conjugação do nº 1 e nº 7 artigo 291º. Como vimos, o nº1 determina que, para os acionistas exercerem este direito têm de, obrigatoriamente, serem titulares de uma participação que representa 10% do capital social, e o nº 7 estipula por sua vez que, uma vez prestadas as informações ao acionista que as requereu, estas informações ficam disponíveis na sede da sociedade a qualquer

---

<sup>73</sup> NETO, Abílio, *Ob., Cit.*, P. 657; LABAREDA, João, *Das Ações Das Sociedades Anónimas*, Associação académica de Lisboa, Lisboa, 1988

<sup>74</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos (...), Ob., Cit.*, P.149

<sup>75</sup> VENTURA, Raúl, *Novos Estudos (...), Ob., Cit.*, P.150

outro acionista. Verifica-se uma ampliação do sujeito ativo deste direito que inicialmente era limitado a determinados acionistas.

Esta regra parece transformar «“o direito”» em análise num ulterior direito individual.<sup>76</sup>

OLIVEIRA ASCENÇÃO<sup>77</sup> explica que esta ampliação é legitimada pelo princípio de igualdade ou do igual tratamento dos sócios (acionistas). Contudo, não podemos ignorar o risco a que a sociedade fica exposta pelo facto de liberalizar o acesso a informações sobre assuntos sociais a todos os restantes acionistas. Sendo assim, consideramos razoável que a sociedade adote uma postura de grande cautela ao facultar as informações ao abrigo do artº 291º, analisando pormenorizadamente tanto o acionista (ou o conjunto de acionistas) que o requer(em), como os outros que posteriormente possam vir a beneficiar do objeto do pedido. E se da análise desses elementos (sujeitos e objeto do pedido) resultar que seria um risco para a sociedade facultar estas informações, admitimos que a sociedade não será obrigada a prestar tais informações<sup>78</sup> aplicando o art.º 291º nº 4. Nesta perspetiva, o órgão obrigado a prestar a informação solicitada ao abrigo do nº 1º não pode ignorar a existência do nº 7 do artº 291.

A lei para além de adotar na sua descrição uma atitude preventiva (ao prever casos em que a informação não deve ser cedida), também adotou uma atitude repressiva ao estipular no seu artº 291º nº 6 «que o acionista que utilize as informações obtidas de modo a causar à sociedade ou outros acionistas um dano injusto, é responsável nos termos gerais».

O art.º ora em análise não especifica a qualidade da informação que deve ser prestada, mas resulta do artº 292º nº 1 que a mesma deve ser verdadeira, completa e elucidativa.

---

<sup>76</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P.336

<sup>77</sup> ASCENÇÃO, José Oliveira, *Ob., Cit.*, Pp. 321 e 322, no mesmo sentido, ANTUNES, Henrique Sousa, *Ob., Cit.*, P. 227, afirma que, «trata-se de uma manifestação do importante princípio da igualdade entre os acionistas quanto ao acesso à informação», CORREIA, Luís Brito, *Ob., Cit.*, P. 318, (...) afirma que o CSC (artº 291º nº 7) estabelece um importante princípio de igualdade entre acionistas quanto ao acesso à informação.

<sup>78</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P. 337, explica que pode suceder que nesta sociedade exista, acionistas concorrentes com a sociedade que poderão aproveitar a informação revelada ao socio que acionou o art.º 291º do CSC. para fins estranhos à sociedade ou em prejuízo da sociedade ou dos restantes acionistas.

## 2-Outros sujeitos do direito à informação

Como ficou claro no decorrer do trabalho, o acionista (com direito de voto) é o sujeito ativo por excelência do direito à informação nas sociedades anónimas. No entanto, são igualmente titulares do direito à informação, o representante comum de obrigacionistas, o usufrutuário e o credor pignoratício das ações, ressalvando a lei que a este só lhes cabe o direito à informação quando, por lei ou convenção, lhes caiba exercer o direito de voto conforme dita o artº 293º CSC. Mais uma vez, o carácter instrumental do direito à informação encontra-se patente neste artigo.<sup>79</sup>

### 2.1-O representante comum do obrigacionista

As matérias da emissão de obrigações pelas sociedades vêm regulamentadas nos artº 348º e seguintes do CSC e as matérias de representante comum de obrigacionista ocupam os artigos 357º, 358º e 359º CSC.

De acordo com o art.º 359º nº1 al. c), «*o representante comum deve praticar, em nome de todos os obrigacionistas, os atos de gestão destinados à defesa dos interesses comuns destes, competindo-lhes nomeadamente*»: al. c) *assistir às assembleias gerais dos acionistas*; al. d) *receber e examinar toda a documentação da sociedade, enviada ou tornada patente aos acionistas, nas mesmas condições estabelecidas para estes*.

A lei, ao mencionar «assistir» à assembleia geral, deixa claro que não lhes é dado o privilégio de participar nas discussões dos assuntos sujeitos à deliberação. Têm o mero poder de assistência na assembleia. Nesta lógica, é de pressupor que ao representante comum de obrigacionista também não é atribuído o direito à informação nas assembleias gerais<sup>80</sup>. Justificamos esta posição com o facto de o direito à informação na assembleia geral estar intimamente ligado ao poder de voto, ou seja, o acionista precisa de se informar para formar uma opinião fundamentada sobre assuntos sujeitos à deliberação. Sendo

---

<sup>79</sup> CORREIA, Luís Brito, *Ob., Cit.*, P. 317

<sup>80</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P. 287, afirma que, «(...) o preceito em referência não permite enganadoras interpretações em torno do propósito da presença do representante comum nessas assembleias, aliás igualmente permitida ao abrigo do previsto no nº 3 do art.º 379º: uma mera assistência, com o propósito de testemunhar o que decorre e resulta da reunião dos sócios, não lhe facultando qualquer possibilidade de participar na discussão dos assuntos sujeitos à apreciação e consequentemente solicitar nessa sede a informação necessária para esse debate» *Ob., Cit.*, P.287.



assim, podemos concluir que o representante comum de obrigacionista não é sujeito ativo de direito à informação no artº 290º CSC (informações em assembleia geral).

A alínea d) do artº 359º atribui ao representante comum de obrigacionistas o direito de «(...) consulta de toda a documentação da sociedade, enviada ou tornada patente aos acionistas (...)». Segundo PINHEIRO TORRES<sup>81</sup>, uma vez que a lei só refere o direito de o representante comum do acionista receber e examinar os documentos da sociedade nos mesmos termos que os acionistas, não é certo que a este sujeito sejam também reconhecidos o direito à informação sobre «assuntos sociais» previsto no artº 291º CSC. Acrescenta ainda o autor citado que, tendo em conta todas as exigências legais e «especiais cautelas» de que o legislador rodeou no art.º 291º, não se pode entender que o representante comum dos obrigacionistas seja sujeito ativo deste direito (direito coletivo à informação). Solução que apoiamos tendo como base os argumentos apresentados pelo autor. Noutra perspetiva entende DIOGO DRAGO, nada de incompatível existir entre o previsto no art.º 359º n.º al. d) e a informação permitida no artº 291º.<sup>82</sup>

A conclusão a que podemos chegar é que o representante comum dos obrigacionistas é sujeito ativo do direito informação só nos termos dos artigos 288º (direito mínimo à informação) e 289º (informações preparatórias à assembleia geral).

## **2.2-O usufrutuário e o credor pignoratício**

O artigo 293º do CSC atribui ainda o direito à informação ao usufrutuário e ao credor pignoratício quando também, por convenção contratual lhes é atribuído o direito de voto.

Sabemos que não se pode atribuir ao usufrutuário um direito superior ao titular de ações (nú proprietário), pelo que o usufrutuário, para ser titular do direito à informação nos termos do artº 288º e 291º, o proprietário de raiz terá que ser sujeito ativo deste direito, detendo a percentagem mínima exigida por esses dois preceitos. E quanto à informação em assembleia geral, artº 290º, para que o usufrutuário participe nas discussões dos

---

<sup>81</sup> TORRES, Carlos Maria, *Ob., cit.*, Pp. 193 e 194

<sup>82</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P. 288, afirma que «uma vez prestada a informação, ela tem que ficar disponível na sede da sociedade para eventual consulta pelos restantes acionistas (nº 7 do preceito em apreço), da mesma forma e nos precisos termos que fica acessível para o representante comum dos obrigacionistas».

assuntos de forma esclarecida e decida a sua posição de voto de forma mais consciente possível, é coerente e legítimo que ele se informe. Sendo assim, podemos concluir que quando o usufrutuário tem o poder de voto, terá o direito de exercer todas as categorias de direito<sup>83</sup> à informação no estrito limite que é permitido ao proprietário da ação.

Ora, quanto ao credor pignoratício, resulta do art.º 23º n.º 4 que se assim for acordado pelas partes (credor e titular de ações), todos os direitos inerentes à participação (ações), podem ser exercidos pelo credor pignoratício. E quanto ao direito à informação, só pode ser exercido se for clausulado que o credor pignoratício terá o direito de voto, e se o direito de voto for clausulado o direito à informação acompanha-o. O que significa que não se pode excluir o direito à informação quando se atribui o direito de voto. Posto isto concluímos que, estes sujeitos podem exercer o direito à informação previstos no art.º 289º e 290º e nada parece impedir que também o exerçam nos termos do art.º 288º e 291º quando preencham todos os requisitos legais.

### **2.3-Sujeito passivo da obrigação de prestar informação.**

A doutrina é unânime neste aspeto, considerando que o sujeito passivo da obrigação de prestar a informação é sempre o órgão que representa a sociedade, ou seja, o conselho de administração. A nós também nos parece que o órgão encarregado da administração da sociedade é o órgão obrigado a prestar informação aos acionistas. Isto porque, é o único órgão que conhece pormenorizadamente todos os negócios que envolvem a sociedade e conhece detalhadamente a vida interna da mesma.<sup>84</sup> Isto vale para as informações solicitadas ao abrigo do artº 288º, 289º e 291º.

Relativamente às informações solicitadas em assembleia geral (artº 290º n.º 2), a lei vai mais além, ao determinar que «as informações abrangidas pelo número anterior devem ser prestadas pelo órgão da sociedade que para tal esteja habilitado». Conforme tínhamos adiantado, aquando da análise do art.º 290º, o órgão habilitado deve variar entre o órgão do conselho de administração (art.º 390º CSC) e o órgão do conselho fiscal ou fiscal único (artº 413º)<sup>85</sup>. Questiona-se se a possibilidade de o acionista solicitar

---

<sup>83</sup> LABAREDA, João, *Das Ações das Sociedades Anónimas*, Associação Académica de Lisboa, 1988, P.112, onde conclui que o direito à informação acompanha o direito de voto.

<sup>84</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P. 200

<sup>85</sup> Conforme também entende PINHEIRO TORRES afirmando que «fica deste modo em aberto a possibilidade de o acionista, em assembleia geral, requerer a prestação de informações não apenas ao

informação diretamente ao órgão que para tal esteja habilitado é também permitida nos termos do artº 288º, 289º e 291º (informações fora da assembleia geral). PINHEIRO TORRES<sup>86</sup> considera que esta não é uma regra geral, portanto, não aplicável a pedidos de informações fora da assembleia geral. O escopo do artº 290º nº 2, é garantir a eficácia do funcionamento do sistema de informação em assembleia geral, atribuindo a obrigação de prestar informação a quem está «naquele momento» em melhores condições de o fazer.

Por seu turno DIOGO DRAGO<sup>87</sup> questiona ainda, se nos casos em que são os acionistas a propor a realização da assembleia geral para apreciação de assuntos por eles incluídos na ordem do dia, se o dever de prestar informação não se deveria estender nessas circunstâncias a esses acionistas. Mas, logo, o autor conclui que o nº 2 do artº 290º não permite uma interpretação extensiva, imputando aos órgãos da sociedade o dever de prestar informação.

### **3-Formas de obtenção de informação**

A informação relativamente à vida da sociedade chega ao acionista impreterivelmente através de 3 formas: a) porque solicitou a informação à sociedade e sendo esta obrigado a prestá-la, presta-a; b) porque a sociedade é obrigada a prestá-la independentemente da solicitação do acionista; c) ou porque a informação é publicada para benefício de um conjunto indeterminado de destinatários, aproveitando também o acionista. Assim a informação pode ser: 1) direta provocada; 2) direta espontânea; 3) informação indireta, respetivamente.

---

conselho de administração, como ainda ao conselho fiscal ou ao fiscal único, bem como se tal mostrar necessário à mesa de assembleia geral, *Ob., Cit.*, P. 200.

<sup>86</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P.201

<sup>87</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P.146

### 3.1- Informação direta espontânea

Informação direta espontânea é «(...) aquela que é transmitida ou posta à disposição para consulta dos acionistas oficiosamente, sem que estes tenham que tomar qualquer iniciativa para a informação estar patente (...)». Aqui a obrigação de prestação da informação nasce nos momentos definidos pelo legislador e pré-determinada para ser cumprida em certas fases da vida da sociedade e sem qualquer impulso do acionista.<sup>88</sup>. Portanto, conforme afirma JOÃO LABAREDA<sup>89</sup>, exige-se um comportamento pró-ativo dos órgãos sociais (órgão de administração) em disponibilizar a informação.

Esta informação independente de requerimento concretiza-se, fundamentalmente, na obrigação imposta às sociedades de produzirem, anualmente, diversos documentos relativos à sua situação da sociedade, que submeterão à apreciação dos sócios.<sup>90</sup> Sendo assim, dentro das categorias do direito à informação nas sociedades anónimas temos como exemplo de informação direta espontânea o artº 289º (informações preparatórias à assembleia geral), e as informações que genericamente, têm de constar dos projetos e das convocatórias das assembleias gerais quando o objeto de deliberação é a fusão, cisão ou transformação da sociedade, etc., art.º 98º, 119º e 132º CSC respetivamente. São matérias que o legislador exigiu à sociedade disponibilizar aos acionistas para poderem preparar adequadamente a assembleia geral e participar nas discussões dos assuntos a deliberar da forma mais esclarecida possível.

### 3.2- Informação direta provocada

Contrariamente à informação direta espontânea, informação direta provocada é aquela em que o direito à informação surge quando o acionista solicita ou requer a informação à sociedade. Conforme afirma SOFIA RIBEIRO BRANCO, no caso de informação direta provocada, até o acionista decidir se exerce ou não o direito, nenhuma obrigação de informar recai sobre a sociedade.<sup>91</sup> Aqui não é a sociedade que oficiosamente torna patente a informação, mas sim cabe ao acionista solicitar a informação que pretende obter, cabendo à sociedade uma «atitude simplesmente reativa,

---

<sup>88</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, Pp. 275 e 311

<sup>89</sup> LABAREDA, João, *Ob., Cit.*, P.120

<sup>90</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P.126

<sup>91</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P.331

de mera correspondência ao que em concreto, for pedido».<sup>92</sup> Nas categorias de direito à informação nas sociedades anónimas temos como exemplo os casos de direito mínimo à informação (artº 288º CSC), direito à informação em assembleia geral( art.º 290º CSC) e o caso de direito coletivo à informação(artº 291º CSC). Nesses três casos o direito à informação surge a partir do momento em que o acionista o requer.

Concluindo, podemos dizer que o que difere a informação direta provocada da informação direta espontânea é o facto de naquela a iniciativa de exercer o direito partir do próprio acionista e o objeto da informação ser autodeterminado, enquanto que nesta a iniciativa de informar deve partir da sociedade e o objeto da informação é heterodeterminado.

### **3.3-Informação indireta ou reflexa**

Informação indireta é aquela que é emitida pela sociedade através dos seus órgãos, mas com vista ao público ou a entidades determinadas, e que chegando à esfera de conhecimento dos sócios também a estes beneficia.<sup>93</sup> Aqui a qualidade de sócio é totalmente irrelevante para o acesso à informação, que é posta à disposição pela sociedade, com o mesmo conteúdo para um vasto universo de destinatários, normalmente o público em geral.<sup>94</sup> Este público pode incluir os acionistas atuais ou potenciais, os meios de comunicação social ou ainda os concorrentes.<sup>95</sup> A verdadeira intenção da sociedade não é informar os acionistas em si, mas sim, dar publicidade aos atos impostos por lei, que reflexamente beneficiam o acionista . O registo dos atos sociais (art.º 3º CRC), a publicação obrigatória dos atos sociais (art.º 70º CRC), as menções obrigatórias em atos externos à sociedade (art.º 171º CSC) e as informações prestadas no mercado de valores mobiliários (informações dirigidas ao mercado) são manifestações de informações indiretas ou reflexas dos acionistas.

Sendo assim, o que diferencia a informação direta (espontânea/ provocada) da informação indireta ou reflexa é essencialmente o facto de na informação direta o estatuto de sócio ser relevante e a informação circular dentro da própria sociedade, enquanto que

---

<sup>92</sup> LABAREDA, João, *Ob., Cit.*, P. 120

<sup>93</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, p. 131

<sup>94</sup> LABAREDA, João, *Ob., Cit.*, P. 120

<sup>95</sup> BRANCO, Sofia, *Ob., Cit.*, P.208

nas indiretas/reflexas o estatuto do sócio é irrelevante e a informação circula fora da sociedade. Estas informações visam essencialmente proteger o mercado.

### **CAPÍTULO III- A recusa da informação**

Regra geral a lei atribui ao acionista um direito inderrogável e irrenunciável à informação.<sup>96</sup> Contudo, como qualquer direito, o direito à informação não é um direito absoluto. Contém limites.<sup>97</sup> Esses limites surgem por duas ordens: nos casos em que o próprio acionista não respeite os requisitos e pressupostos para exercer o direito à informação nos termos da lei e do contrato<sup>98</sup>; ou nos casos em que, mesmo tendo preenchido todas as exigências legais e contratuais, o interesse da sociedade em preservar a informação sobrepõe-se ao interesse do acionista em obtê-la. Estamos perante a recusa de aceitação do pedido de informação e recusa de prestação da informação respetivamente. RAÚL VENTURA<sup>99</sup> adianta que a recusa da prestação da informação só tem cabimento no segundo caso, ou seja, nos casos em que o pedido foi corretamente formulado e o órgão obrigado a prestar informação não o preste. Significando que, nos casos em que a atuação do acionista é ilegítima, não há lugar à recusa da prestação da informação, uma vez que, segundo nosso entendimento o direito nem sequer chegou a constituir-se na esfera do acionista.

#### **1-A recusa lícita de informação**

Entende a doutrina que a recusa lícita da informação se rege pelo princípio da tipicidade e taxatividade.<sup>100</sup> Tipicidade porque todos os casos de recusa lícita se

---

<sup>96</sup> LABAREDA, João, *Ob., Cit.*, Pp. 133 e 134, onde afirma que «por minha parte, não tenho, contudo, qualquer renitência em afirmar a irrenunciabilidade e a inderrogabilidade como características do direito à informação (...)».

<sup>97</sup> CUNHA, Diogo Lemos E, *Ob., Cit.*, P. 326, onde afirma que «o direito à informação é um direito limitado, quer no seu exercício, quer ainda na sua extensão e conteúdo (...)»; ASCENÇÃO, José De, *Ob., Cit.*, P. 320

<sup>98</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P.179, por sua vez, Raúl Ventura, qualifica este caso de recusa de aceitação do pedido de informação, por o acionista não cumprir com todos os requisitos legais, *Ob., Cit.*, p. 308

<sup>99</sup> VENTURA, Raúl, *Ob., Cit.*, P.308

<sup>100</sup> *Cfr.* DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P. 180, onde afirma que «não é possível em bom rigor falar da atipicidade de casos de recusa justificada de informação...» e afirma ainda que nas sociedades anónimas verifica-se uma taxatividade normativa dos casos de recusa (notas de rodapé), e no mesmo sentido Raúl Ventura *Ob., Cit.*, P.309, afirma que «a redação do preceito – “«só podem»” – indica claramente a intenção taxativa, a qual se justifica»

encontram tipificados na lei, e taxatividade porque só estes são considerados legítimos. As recusas lícitas de informação nas sociedades anónimas encontram-se reguladas nos artigos 290º nº 2 (informações em assembleia geral) e no art.º 291º nº 2 in fine e nº 4 (informação fora da assembleia geral).

A recusa de informação em assembleia geral, artº 290º só é lícita se a sua prestação ocasionar grave prejuízo à sociedade ou a outra com ela coligada, ou ainda nos casos em que viole segredos impostos por lei.<sup>101</sup> A lei não prevê aqui a recusa lícita de informações nos casos em que a sua prestação possa ocasionar prejuízos a outros acionistas, como se prevê para as sociedades por quotas. No entanto, ARMANDO TRIUNFANTE<sup>102</sup> conclui que, se for patente a intenção do acionista requerente em prejudicar outro acionista, a informação pode ser recusada, considerando a doutrina geral de abuso de direito.

Cabe ao administrador ou ao órgão obrigado a prestar a informação, fazer o juízo se a informação solicitada é suscetível de causar prejuízo à sociedade e aos acionistas ou não.<sup>103</sup> Mas, esse juízo sobre a suscetibilidade de causar prejuízo não é puramente discricionário como afirma PINHEIRO TORRES<sup>104</sup>, sendo assim, segundo o autor e inspirado no modelo alemão, o órgão obrigado a prestar informação deve socorrer-se do princípio de «razoabilidade no mundo comercial». Neste mesmo sentido, DIOGO DRAGO<sup>105</sup> considera que o sujeito passivo da obrigação de prestar informação, neste caso deve atuar como um «homem médio» ou de «normal diligência».

A lei determina ainda como motivo de recusa lícita de informação o caso de violação de segredos impostos por lei.

Fora da assembleia geral, há casos em que a informação não pode ser recusada e há casos em que a recusa é permitida (artº291º nº2 e 4).

---

<sup>101</sup> Vide Ac, STJ. de 28-02.2002, relator Miranda Gusmão, disponível em [www. dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

<sup>102</sup> TRIUNFANTE, Armando, Ob., Cit., P.122, onde ele dá exemplo de casos em que o acionista exerce o seu direito de forma dilatório numa determinada assembleia impedindo que seja tomada certa deliberação social em prejuízo dos demais acionistas.

<sup>103</sup> Cfr., TORRES, Carlos Maria Pinheiro, Ob., Cit., P.224, onde explica que a na lei portuguesa a solução adotada inculca a ideia de que compete ao próprio órgão da sociedade obrigado a prestar a informação a apreciação da suscetibilidade de ocorrer ofensa aos interesses da sociedade caso a informação seja prestada, e nesta perspetiva, DIOGO DRAGO, Ob., Cit.,P.209, adianta ainda que o único órgão que se encontra numa «posição potencialmente legitimadora de uma análise minimamente rigorosa», é o órgão habilitado a prestar informação em assembleia geral e o órgão da administração perante solicitações fora desta.

<sup>104</sup> Cfr. TORRES, Carlos Maria Pinheiro, Ob., Cit., P.224

<sup>105</sup> DRAGO, Diogo, Ob., Cit., P. 209

A informação não pode ser recusada se no pedido for mencionado que se destina a apurar responsabilidades dos membros dos órgãos sociais (conselho da administração ou conselho de administração executivo, conselho fiscal ou fiscal único e órgão de supervisão), ressalvando, contudo, a hipótese de, se pelo conteúdo do pedido ou outras circunstâncias for patente não ser este o fim visado pelo acionista, a informação poder ser negada (art.º 291º n.º 2). RAÚL VENTURA, afirma que a expressão legal «for *patente* implica que o órgão pelo qual o pedido foi dirigido possa *objetivamente* chegar, com *elevado grau de probabilidade* à dita conclusão, como poderão chegar outras pessoas ou o tribunal».<sup>106</sup>

Fora deste caso (caso ressalvado) a informação pode ser recusada por 3 motivos:

- a) quando for de recear que o acionista a utilize para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de algum acionista;
- b) quando a divulgação, embora sem fins referidos na alínea anterior, seja suscetível de prejudicar relevantemente a sociedade ou os acionistas;
- c) quando ocasione violação de segredo imposto por lei.

A alínea a) determina que se o órgão da administração recear que o acionista utilize a informação para fins estranhos à sociedade, pode legitimamente recusar a prestação da informação.

DIOGO DRAGO<sup>107</sup> realça que devemos entender como utilização estranha à sociedade, «utilização adversa aos interesses da sociedade». Ora, quanto ao receio não é caso para se permitir uma interpretação tão ampla (incluindo até suspeições subjetivas dos administradores) desta expressão ao ponto de inviabilizar o exercício do direito à informação, conforme afirma PINHEIRO TORRES<sup>108</sup>. É de se estabelecer critérios para o averiguar. Sendo assim, o receio deve ser submetido ao critério da objetividade. Nesta perspetiva, MENEZES CORDEIRO<sup>109</sup> afirma que o *receio* «deve ser apreciado em termos objetivos, segundo as regras de experiência comum» que só através de casos

---

<sup>106</sup> Vd. Ac. STJ. de 16-03-2001, P. 10

<sup>107</sup> DRAGO, Diogo, *Ob., Cit.*, P. 197 e 198

<sup>108</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, p.

<sup>109</sup> CORDEIRO, Menezes António, *Ob., Cit.*, P. 287, neste mesmo sentido, VENTURA, Raúl, *Ob., Cit.*, p. 312, onde afirma que «a apreciação do receio deve ser feita objetivamente sem para isso contarem convicções ou predisposições dos gerentes, ver ainda, CUNHA, Diogo Lemos E, *Ob., Cit.*, P. 328, adiantando que o receio deve ser sustentado em *factos objetivos*.



concretos é possível aferir se existe ou não um justo receio de utilização estranha à sociedade.

No entanto, a lei vai mais longe, exigindo que para além de haver receio de utilização estranha à sociedade, tem de ser suscetível de causar danos a esta ou ao acionista. Estes dois elementos parecem ser cumulativos (receio e danos à sociedade e aos acionistas). Aqui, mais do que aquilo que é estabelecido para as sociedades por quotas no artº 215º nº 1, a lei quis proteger também a pessoa acionista perante este receio. Esta diferença justifica-se com o facto de nas sociedades anónimas haver um relativo distanciamento da pessoa do acionista perante a sociedade, sendo assim torna-o merecedor de uma maior proteção em relação ao sócio de uma sociedade por quotas.<sup>110</sup>

A alínea b) diferentemente à alínea a) exige que o prejuízo com a divulgação da informação seja relevante para a sociedade ou para os acionistas. Nesta alínea, uma vez que se pressupõe que a informação não visa fins estranhos à sociedade, a recusa lícita da informação terá como fundamento a relevância (gravidade) do prejuízo que a divulgação da informação possa causar à sociedade ou ao acionista.<sup>111</sup> Deve haver, pois, uma graduação dos prejuízos que a divulgação da informação possa acarretar a estes sujeitos e se se concluir que o prejuízo será grande, tanto para a sociedade, como para o acionista, a sociedade deve recusar a prestação da informação.

Por último a alínea c) do artº 291º determina que o órgão da administração pode ainda recusar a informação quando ocasione violação do segredo imposto por lei. A tutela recai sobre segredos impostos por lei. Nesta ótica, RAÚL VENTURA<sup>112</sup> considera que aqui não são tutelados segredos que a sociedade voluntariamente se obriga para com terceiros, uma vez que se assim fosse, constituiria um meio para reduzir o direito à informação dos acionistas, tendo em conta a exagerada extensão de compromissos de segredos assumidos pela sociedade. PINHEIRO TORRES dá vários exemplos de segredos impostos por lei, designadamente segredo de estado, segredo militar, segredo profissional, sigilo bancário ou segredo de intermediários financeiros nas operações em bolsas.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> LABAREDA, João, *das ações das sociedades anónimas*, Pp. 176 e 177, neste mesmo sentido, TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P226

<sup>111</sup> TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P.227

<sup>112</sup> VENTURA, Raúl, *Ob., cit.*, P. 315, CUNHA, Diogo Lemos E, *Ob., Cit.*, P.328

<sup>113</sup> Cfr. TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *Ob., Cit.*, P. 223

## 1.1-Consequências da recusa ilícita de informação

A não prestação de uma informação coerente com a realidade societária significa privar o sócio do conhecimento sobre um projeto em que ele participa. Quando esta privação resulta de violação de dispositivos legais ou contratuais, a lei atribui ao acionista mecanismos apropriados para fazer valer o seu direito face à sociedade. Sendo assim, para a recusa ilícita de informações solicitadas fora de assembleia geral (artº 288º e 291º CSC), a lei atribui ao acionista o direito de requerer inquérito judicial (artº 292º CSC); e para os casos de recusa ilícita de informações preparatórias à assembleia geral ou em assembleia geral, (artº 289º e 290º respetivamente), a consequência será a anulabilidade da deliberação social (artº 290º nº2 e 58º nº 1 alínea a) a c)). Configura-se ainda recusa ilícita de informação, a informação falsa, incompleta e não elucidativa.

## 1.2- Inquérito judicial

O direito de requerer inquérito judicial é uma das consequências mais relevantes resultante da violação do direito do acionista à informação. Violação que pode resultar tanto da recusa ilícita de informação, como da prestação de informações falsas, incompletas ou não elucidativas.

Trata-se de um direito individual do acionista, uma vez que é atribuído a qualquer acionista a quem seja recusada informação ao abrigo dos artigos 288º e 291º.<sup>114</sup>

O processo de inquérito judicial faculta ao tribunal a possibilidade de ingerência nos assuntos internos da sociedade, ou seja, permite uma intromissão autoritária externa na vida da sociedade. Por isso, é considerado um processo *pesado* ou mesmo *lesivo* para esta, pois interfere com a dinâmica societária e, como tal, deve ser usado em casos extremos.<sup>115</sup> Casos em que não há possibilidade de auto-composição interna de interesses

---

<sup>114</sup> TRIUNFANTE, Armando, Ob., Cit., P.128

<sup>115</sup> DRAGO, Diogo, Ob., Cit., P. 326; CORDEIRO, António Menezes, Ob., Cit., P. 736, onde afirma que, «O inquérito judicial surge como um procedimento complicado e pesado, a usar, somente quando necessário».

no âmbito societário, e em que os vícios da informação prestada sejam resultados de uma atuação deliberada do membro do órgão de gestão.<sup>116</sup>

Consoante dita o artº 292º nº 1 o inquérito judicial só é permitido para casos de recusa de informações solicitadas fora da assembleia geral, ou seja, casos de recusa de informações solicitadas ao abrigo dos artigos 288º e 291º CSC. O processo de inquérito judicial pode ser instaurado pelo acionista titular do direito à informação (sujeito ativo), que solicitou informação à sociedade, e a sociedade negou a sua prestação ou prestou-a de forma viciada, ou seja, falsa incompleta ou não elucidativa.<sup>117</sup>

E ainda o direito é extensível aos outros beneficiários legais, (artº 293º), dentro dos limites impostos pela lei, que acima referimos.

No que diz respeito à legitimidade processual passiva, o artº 1479º do CPC prevê expressamente que a ação deve ser proposta contra a sociedade e contra o órgão social infrator, neste caso o administrador.

O efeito de inquérito judicial encontra-se discriminado no artº 292º nº 2. São assim os principais efeitos de inquérito judicial: a prestação da informação negada (é o efeito normal); a destituição de órgão sociais; a dissolução da sociedade se forem apurados factos, que de acordo com a lei ou o contrato constituem causa de dissolução.

### **1.3-A anulabilidade das deliberações sociais**

Para os casos de recusa ilícita de informação em assembleia geral, a lei estipulou a anulabilidade da deliberação tomada, como consequência da tal recusa (artº 290º nº3). E para os casos de recusa ilícita de informação preparatória da assembleia geral, o artº 289º nada estipula, contudo, entendemos que se deve aplicar a regra geral da anulabilidade de deliberações sociais, quando não tenham sido precedidas do fornecimento ao acionista de elementos mínimos de informação, conforme dita o artº 58º nº 1 al. c) CSC.<sup>118</sup>

---

<sup>116</sup> CUNHA, Diogo Lemos E, *Ob., Cit.*, P,332

<sup>117</sup> Na jurisprudência, Ac. RGm., de 18-02-2004, Pp. 6 e 7, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

<sup>118</sup> Cfr. Ac. do S.T.J. de 01-07-99, disponível em [dgsi.pt/jstj](http://dgsi.pt/jstj) ; ARx de 16-11-2006, consultável em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt); neste mesmo sentido, CORDEIRO, António Menezes, *Manual de Direito Das Sociedades, II Vol, Das sociedades Em Especial*, 2ª Edição, Almedina 2007, P. 595

Contudo, não é qualquer recusa de informação injustificada que invalida a deliberação social tomada. É sim, a recusa de informação essencial, que acarreta a anulabilidade da deliberação, pois, segundo COUTINHO de ABREU<sup>119</sup> só nesse caso podemos admitir existência de «*vício relevante*», ainda que se prove que a deliberação seria a mesma no caso de o sócio (acionista), na posse da informação solicitada, ter votado em sentido inverso.

Posto isto, cabe referir quem tem a legitimidade processual ativa para impugnar deliberações sociais, que não foram precedidas do fornecimento ao acionista de elementos mínimos de informação. A doutrina entende que este direito (de impugnação da deliberação social) é reservado a determinados acionistas, não abrangendo todos os que participaram na tomada da deliberação com vício de falta de informação.<sup>120</sup> Sendo assim, só pode impugnar uma deliberação social tomada com violação do direito à informação, o acionista que não votou no sentido que fez vencimento, e nem posteriormente aprovou tal deliberação, artº 59º nº 1 CSC. Uma outra restrição vai no sentido de só o acionista a quem foi negado o direito à informação poder impugnar a deliberação social tomada, uma vez que o interesse protegido pelo legislador é o interesse do acionista em causa.<sup>121</sup> Neste mesmo sentido, SOFIA BRANCO<sup>122</sup> entende que o artº 59º nº 1 deve ser interpretado no sentido restrito, sendo assim o acionista que votou em sentido contrário ao que fez vencimento, mas não exerceu o direito à informação, não pode impugnar a deliberação tomada, alegando a falta de informação.

No entanto, em sentido contrário, PINTO FURTADO<sup>123</sup>, entende que, qualquer acionista pode requerer a anulabilidade da deliberação, atendendo ao facto do interesse tutelado na ação de anulação não ser o interesse de cada sócio em particular, mas sim o interesse da sociedade. Esta é a solução que nós seguimos. Tem ainda legitimidade processual ativa o órgão de fiscalização (exceto quando a deliberação for tomada por unanimidade dos acionistas), conforme dita o artº 59º nº 1. Quanto a legitimidade

---

<sup>119</sup> ABREU, José Manuel Coutinho De Curso de *Direito Comercial, Das Sociedades*, Vol II, 5ª Edição, Almedina, 2015, P. 495, defendendo que seria vício irrelevante a recusa (ainda que injustificada) de informações nos casos em que não são essenciais para que um sócio possa participar nas deliberações defendendo os seus legítimos interesses. E consequentemente, neste caso não há lugar à anulabilidade da deliberação tomada.

<sup>120</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P.411

<sup>121</sup> ASCENÇÃO, José Oliveira, *Invalidades das deliberações dos sócios, Problemas do Direito das Sociedades*, Coimbra, Almedina, 2003, P. 398

<sup>122</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P.412

<sup>123</sup> FURTADO, J. Pinto, *Deliberações de Sociedades Comerciais*, P. 398, *Apud*, BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P.412

processual passiva o artº 60º nº 1 determina que «a ação deve ser proposta contra a sociedade».

A lei estabelece um prazo de 30 dias para a propositura de ação de anulabilidade da deliberação social. Este prazo é contado a partir da data em que foi encerrada a assembleia geral, «do 3º dia subsequente à data do envio da ata da deliberação por voto escrito ou da data em que o sócio teve conhecimento da deliberação, se esta incidir sobre assuntos que não constava da convocatória» artº 59º nº 2, a, b e c).

O nº 4 do artº 58 determina que são considerados elementos mínimos de informação: a) as menções exigidas pelo artº 377º nº 8; b) a colocação de documentos para exame dos sócios no local e durante o tempo prescrito pela lei ou pelo contrato. Todavia, discute-se na doutrina se os elementos elencados no artº 58 nº4 são exemplificativos ou taxativos. A jurisprudência e alguma doutrina já se pronunciaram no sentido de que as enumerações feitas pelo legislador no artº 58º nº 4 CSC são meramente exemplificativas,<sup>124</sup> justificando com o facto de que «os elementos mínimos de informação devem incluir todos os elementos que o legislador ao longo do CSC dispersamente reputa necessários para a preparação das diversas deliberações a tomar em assembleia geral e não apenas aqueles que se encontram indicados no artº 377º nº 8».<sup>125</sup> Solução esta que apoiamos. No outro sentido, Pinto Furtado entende que esta enumeração é taxativa, considerando que para além das menções constantes do artº 377º nº 8 do CSC, apenas em determinados casos identificados na lei é que o legislador enumera elementos adicionais de informação a fornecer aos acionistas previamente à realização das assembleias gerais.<sup>126</sup>

---

<sup>124</sup> Vide Ac. S.T.J de 18- 03- 1997, processo nº 96A183, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), neste sentido, ANTUNES, Henrique Sousa, *Ob., Cit.*, P.272

<sup>125</sup> BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P. 415

<sup>126</sup> FURTADO, J. Pinto, *Ob., Cit.*, P. 699, *Apud*, BRANCO, Sofia Ribeiro, *Ob., Cit.*, P.415

## Conclusão

Tendo em conta tudo foi exposto no decorrer do trabalho, fica claro que o direito do acionista à informação nas sociedades anónimas é de suma importância, não só pela função instrumentalista do acionista, mas porque, ao mesmo tempo, tutela o interesse da própria sociedade. Estas quatro categorias de direito à informação são diferentes no que toca ao modo e forma de exercício, conforme ficou patente na explanação feita no capítulo 2.

O direito à informação nesta sociedade não é tão abrangente, comparativamente a outros tipos sociais. Este direito assume várias funções, sendo a mais importante a de preparar o acionista para a intervenção nas assembleias gerais e tomar decisões através de exercício do direito de voto. Apesar deste direito se configurar um direito individual, há casos, porém, em que a lei admite agrupamentos de vários acionistas. Este direito pode ser exercido em dois momentos distintos: fora de assembleia geral (artº 288º e artº 291º) ou por ocasião de assembleia geral (artº 289º e artº 290º).

Constatamos também que o direito à informação nasce na esfera jurídica do acionista por dois motivos: ou porque solicitou à sociedade que lhe preste uma determinada informação e o órgão de administração fica obrigado a prestá-la (artº 290º e 291º), ou porque independentemente da solicitação do acionista, a sociedade encontra-se numa posição passiva da obrigação de a prestar (artº 288º e 290º).

Para além do acionista, a lei prevê outros titulares do direito à informação, nomeadamente, o representante de obrigacionista, o usufrutuário e o credor pignoratício (artº 293º). A doutrina é unânime quanto ao sujeito passivo da obrigação de prestar informação. Considera que o sujeito passivo da obrigação de prestar informação é sempre a sociedade, através do órgão que o representa, o conselho de administração. Contudo, no artº 290º, a lei admite que a obrigação de prestar informação pode recair sobre outros órgãos sociais, nomeadamente o conselho fiscal.

O direito à informação não é um direito absoluto, como nenhum direito o é, portanto está sujeito a limitações. Estas limitações podem configurar em casos de recusas lícitas de informações (artº 290º nº 2 e artº 291º nº 4) ou mesmo, em casos em que a própria lei estipula que só certas categorias de acionistas podem ter acesso a determinada informação (artº 288º e 291º). Nos casos de recusas ilícitas de informações, o acionista

que viu lesado o seu direito, pode arguir a anulabilidade das deliberações sociais tomadas (artº290º nº 3 e artº 58º nº 1 al. c) ou podem ainda requerer inquérito judicial à sociedade nos casos em que a recusa recai sobre os pedidos efetuados no âmbito do artº 288º e 291º.

Posto isto, esperamos ter conseguido abordar de uma forma geral, as questões mais importantes que surgem acerca deste direito. Ficou claro que o direito à informação dos acionistas nas sociedades anónimas é de suma importância, uma vez que diminui o distanciamento do acionista perante a sociedade, permitindo-lhe assim participar ativamente em toda dinâmica social, tomando decisões que vão ao encontro do seu interesse e do interesse da própria sociedade.

## **Bibliografia**

ABREU, Jorge Manuel Coutinho De *Curso de Direito Comercial*, Vol II, *Das Sociedades*, 5ª Edição, Almedina 2015.

ALMEIDA, António Pereira De *Sociedades comerciais, valores mobiliários e mercados*, 6º edição, Coimbra Editora, 2011.

ANTUNES, Henrique Sousa, *algumas considerações sobre Informação nas Sociedades Anónimas (em especiais os artigos 288º a 293º do CSC)*, Sep. da Revista *Direito e Justiça*, Vol. IX, 1995, Tomo II, Vol. X, 1996, Tomo I, PP. 193 – 304.

ANTUNES, José A. Engrácia,

- *o direito à informação nas sociedades de capitais*, in Colóquio «Os quinze anos de vigência do código das sociedades comerciais: experiência e perspetiva» Fundação Bissaya Barreto, Coimbra, 2003, PP. 45-55.

-*Direito Das Sociedades*, 6ª Edição, Porto 2016.

ASCENSÃO, José De Oliveira:

-*Invalidades das Deliberações dos Sócios*, Problemas do Direito Das Sociedades, Coimbra Almedina ,2003.

-*Direito Comercial*, Vol. IV, *Sociedades Comerciais Parte Geral*, Lisboa, 2000.

BRANCO, Sofia Ribeiro, *o Direito dos Acionistas À Informação*, Almedina,2008.



CORDEIRO, António Menezes:

-*Manual De Direito Das Sociedades, Vol I- Das Sociedades Em Geral*, 3ª Edição, Ampliada e Atualizada, Almedina, 2004.

-*Manual De Direito Das Sociedades, Vol. II, Das Sociedades Em Especial*, 2ª Edição, Almedina, 2007.

CORREIA, Luís Brito, *Direito Comercial, Sociedades Comerciais*, Vol. II, 3ª Tiragem, 1997, AAFDUL.

CUNHA, Diogo Lemos E, *O inquérito judicial enquanto meio de tutela do direito à informação nas sociedades por quotas*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 75, jan., ju., 2015, PP. 295 e ss.

CUNHA, Paulo Olavo, *Direito Das Sociedades Comerciais*, 5ª Edição, Almedina, 2015.

DRAGO, Diogo, *O Poder de Informação do Acionista Nas Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 2009

LABAREDA, João,

-*Das Ações das Sociedades Anónimas*, Associação Académica de Lisboa 1988.

- *Direito à informação- Problemas do Direito Das Sociedades*, Sep, de AA.VV, Almedina, Coimbra, 2002, PP. 119-151.

MONTEIRO, Jorge Ferreira Sinde, *Responsabilidade Por Conselhos, Recomendações ou Informações-Dissertação de Doutoramento em Ciências Jurídicas pela faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Almedina, Coimbra, 1989.

NETO, Abílio, *Sociedades Comerciais, Jurisprudência e Doutrina*, 4ª Edição, Coimbra Editora, 2007.

TORRES, Carlos Maria Pinheiro, *O Direito à informação Nas Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 1998.

TRIUNFANTE, Armando Manuel, *A Tutela das Minorias nas Sociedades Anónimas-Direitos Individuais*, Coimbra Editora, 2004.

VENTURA, Raúl:

-*Sociedades Por Quotas, Vol. I- Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, 2º reimpressão da (da 2ª edição de 1989), Almedina, Coimbra, 1989, PP. 275-317.

-*Novos Estudos Sobre Sociedades Anónimas E Sociedades Em Nome Coletivo-Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, Coimbra, 1994, PP.131-158.

## **JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA E UTILIZADA**

Ac. STJ. de, 18- 03- 1997, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Ac. STJ. de 01-07-1999, disponível em [www.dgsi.pt/jstj](http://www.dgsi.pt/jstj).

Ac. RLx. de 16-11-2006, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) .

Ac. RPt, de 27-09-2005 (Mário Cruz) processo nº 0523073, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) .

Ac. RGm. De 18-02-2004, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) .

Ac. STJ. de 16- 03-2011, disponível em [www.dgsi.pt/jstj](http://www.dgsi.pt/jstj).